

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISADORA RODRIGUES SANTINHO

**O DIRECIONAMENTO DA MULTA E DA INDENIZAÇÃO FIXADAS NAS  
CONDENAÇÕES COLETIVAS: NOVA PERSPECTIVA SOB A ÓTICA DA  
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL EFETIVA**

CURITIBA

2017

ISADORA RODRIGUES SANTINHO

**O DIRECIONAMENTO DA MULTA E DA INDENIZAÇÃO FIXADAS NAS  
CONDENAÇÕES COLETIVAS: NOVA PERSPECTIVA SOB A ÓTICA DA  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL EFETIVA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela em Direito no Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Doutor Sérgio Cruz Arenhart.

CURITIBA

2017

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus avós, Leila e Nino, pelo amor pela vida que me inspira todos os dias e pelas lições diárias e fundamentais para meu crescimento. A vocês todas minhas conquistas.

Aos meus pais e irmão, pelo amor, companheirismo e cumplicidade desses anos de distância, obrigada por me ajudarem a transformar toda a saudade em dedicação e esperança.

Ao César, pela atenção incansável, paciência singular e pelos momentos de distração essenciais nesse período.

Aos meus queridos amigos, pelo dia a dia e pelas conversas produtivas e risadas fáceis que transformaram em força todo o cansaço dessa reta final.

*“Se a natureza e a convivência humana espontânea pudessem proporcionar aos homens tudo quanto necessitam para satisfação das necessidades que experimentassem, o sentimento de insegurança seria tão pouco intenso e tão pouco freqüentes as situações de conflito, que esse tipo de poder, qualificado de político, se mostraria praticamente desnecessário.”*

**José Joaquim Calmon de Passos.**

## RESUMO

Busca-se analisar no presente estudo a destinação e utilização do valor das condenações em processos coletivos, para tanto, parte-se dos principais *instrumentos* utilizados nas condenações judiciais, quais sejam, a multa coercitiva e a indenização. Primeiramente, faz-se necessário examinar ambos a fim de apresentar suas diferenças no que diz respeito ao conteúdo, objetivo e finalidade. Em um segundo momento, após o contraste realizado, parte-se para uma análise das modalidades de tutela aplicadas na execução coletiva, para que se entenda em que momento cabe a aplicação da multa coercitiva e da indenização e para enfatizar suas diferenças substanciais desde o momento da escolha da tutela adequada para cada caso. Finalmente, avança-se no que diz respeito às alterações legislativas em matéria de execução coletiva, para demonstrar a existente falha no que diz respeito a tal temática e à confusão existente entre a multa coercitiva e a indenização, que acabam por serem colocadas em uma mesma posição. A partir desta análise expositiva das principais alterações em matéria de ação coletiva com influências na legislação brasileira, realiza-se um direcionamento específico ao PL 5.139/09, que apresenta grandes avanços no que tange ao processo coletivo, principalmente no assunto da destinação. Por fim, encerra-se com uma proposta de direcionamento aos valores da multa coercitiva e da indenização com o objetivo de dar maior efetividade à decisão em ação coletiva e tornar mais atrativo o processo coletivo no Brasil.

Palavras-Chave: Multa coercitiva, Indenização, Processo Coletivo, Condenação, Tutela, Efetividade.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. O PANORAMA ATUAL DA MULTA COERCITIVA E DA INDENIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>9</b>
2.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: A necessária distinção entre os conceitos.....	20
2.2 APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS DE TUTELA COLETIVA.....	25
2.2.1 Ressarcimento pelo equivalente pecuniário x Ressarcimento específico.....	26
2.2.2 Possibilidade de cumulação das tutelas inibitória, reintegratória e ressarcitória.....	29
<b>3. A DESTINAÇÃO DAS “CONDENAÇÕES JUDICIAIS” NAS AÇÕES COLETIVAS.....</b>	<b>32</b>
3.1 A MULTA DIÁRIA E A INDENIZAÇÃO: “condenações” da mesma espécie?.....	35
3.2 AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS EM MATÉRIA DE EXECUÇÃO COLETIVA.....	41
3.2.1 Projeto de Código Modelo de Processos Coletivos para Íbero-América e Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos.....	45
3.2.2 A necessidade de uma nova abordagem da destinação das condenações no âmbito das execuções coletiva.....	48
<b>4. O PROJETO DE LEI 5.139 de 2009.....</b>	<b>50</b>
4.1 UMA ANÁLISE QUANTO À DESTINAÇÃO DAS CONDENAÇÕES.....	52
4.2 PROPOSTA DE DESTINAÇÕES DISTINTAS.....	54
4.2.1 A multa diária: destinação ampla.....	55
4.2.2 Utilização dos recursos indenizatórios.....	63
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Explica-se, desde já, que não há a pretensão de tentar esgotar os questionamentos que impulsionaram este estudo, tampouco tentar respondê-los em definitivo. Entretanto, acredita-se que será possível com alguns elementos trazidos na presente pesquisa tornar mais interessante a discussão sobre o tema.

Primeiramente, cabe pontuar que os processos de resolução de litígios são, em grande medida, reflexo da cultura em que estão inseridos; assim, não são um sistema autônomo, mas, ao contrário, são instituições por meio das quais a vida social e cultural é mantida, provocada e alterada.<sup>1</sup> Neste cenário, a transição da imagem do Estado como “inimigo público” para a figura de um Estado garantidor de proteção à tutela jurisdicional efetiva exigiu do legislador a previsão, no âmbito do direito processual, de instrumentos adequados à tutela específica do direito material e, ainda, a atribuição ao juiz de amplo poder que lhe permitisse utilizar a modalidade necessária e adequada ao caso concreto para solucionar os litígios a ele apresentados.<sup>2</sup>

Dentre as diversas atribuições do magistrado, duas são principais no decorrer do processo: a de acolher/rejeitar determinada demanda e a de satisfazer a pretensão, nas hipóteses de o pedido ser procedente.<sup>3</sup> De outro lado, é tarefa do Direito acompanhar a evolução da sociedade e apresentar ao juiz soluções pertinentes e, sobretudo, efetivas às necessidades que vão surgindo, a fim de buscar a melhor resposta possível.

Entende-se que a tutela a ser utilizada pelo magistrado, em regra, depende do pedido do autor e, tendo em vista a possibilidade de diversas demandas, por consequência se tem diferentes possibilidades de atuação jurisdicional. Desta forma,

---

<sup>1</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções Judiciais Pecuniárias de Processos Coletivos no Brasil: entre a fluid recovery, a cy pres e os fundos**. 177f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2017. p. 8.

<sup>2</sup> BOM, Patrícia Oliveira. **Aplicação e exigibilidade da multa coercitiva no novo código de processo civil**. 2016. 97 p. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito. p. 19.

<sup>3</sup> SILVA, Ovídio A. Baptista. **Direito Subjetivo, Pretensão de Direito Material e Ação**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). **Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 27.

a preferência a ser dada dentre as tutelas possíveis deve ser àquela que traga a maior efetividade possível.<sup>4</sup>

Essas considerações iniciais têm importância direta quando o assunto são as ações coletivas, tanto pela sua crescente importância, quanto em virtude da problemática no que concerne à efetividade do processo coletivo, que acaba por ser uma barreira às demandas desta categoria.

Muito da resistência em se utilizar das ações coletivas no judiciário brasileiro se justifica pela dificuldade em se ter uma resposta satisfatória e uma solução para o problema levado a juízo. No presente estudo busca-se analisar uma das possíveis causas de falta de efetividade nas ações coletivas, qual seja, o problema da destinação das condenações pecuniárias impostas aos causadores dos ilícitos e/ou dos danos, que atualmente são direcionadas a um fundo especial (Fundo de Defesa de Direitos Difusos).

Quanto à estrutura da presente pesquisa, no primeiro capítulo apresenta-se o panorama atual da multa coercitiva e da indenização no direito brasileiro - principais espécies de condenações aplicadas nas sentenças em demandas coletivas, partindo para uma distinção de ambos os institutos desde suas bases teóricas e legais, até o momento em que devem ser aplicados para efetivação dos direitos em lide. Neste ponto analisam-se as principais medidas que o magistrado pode se valer para tutelar o direito e, dentro dessas, em que momento se faz necessária a utilização da multa coercitiva e da indenização.

Em um segundo momento se analisa a atual conjuntura da destinação do montante advindo das condenações judiciais nas ações coletivas a fim de questionar se são a multa e a indenização condenações da mesma espécie, considerando a destinação igualitária de ambas. Neste cenário, ainda, são apresentadas as propostas de alterações legislativas no que diz respeito ao tema abordado – Projeto de Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América e Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos – chegando-se a uma primeira conclusão: necessidade de uma nova abordagem da destinação das condenações no âmbito das execuções coletivas.

---

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **O Problema da Eficácia da Sentença**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). *Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 51/52.



Após a exposição das principais alterações legislativas em matéria de execução coletiva, principalmente no que diz respeito ao tratamento conferido à cobrança e destinação dos valores fixados relativos à multa coercitiva e à indenização, parte-se para uma análise específica do PL 5.139, suas principais novidades e alterações relevantes ao tema estudado. Por fim, encaminha-se a uma proposta de destinação distinta aos institutos, objetivando uma maior efetividade da execução coletiva e, ainda, conferir certo “benefício” àquele que optar por demandar coletivamente perante o judiciário.

Conclui-se com a síntese do trabalho e com os principais resultados obtidos com a presente pesquisa.

## 2 O PANORAMA ATUAL DA MULTA COERCITIVA E DA INDENIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

No cenário do Estado Liberal, o princípio da incoercibilidade da vontade humana, que defendia que o Estado deveria se abster em nome da igualdade formal, influenciou em muito a desvinculação das obrigações de fazer e de não fazer das formas de execução específicas.<sup>5</sup>

Todavia, com o emergir do Estado Social, aparecem direitos em resposta à necessidade de novos mecanismos de tutela que pudessem ser mais efetivos e ao mesmo tempo pudessem defender amplamente as conquistas dos cidadãos, bem como técnicas que fossem capazes de impor ordens para o cumprimento específico do fazer ou do não fazer.<sup>6</sup>

Neste contexto, vale frisar que se entende que o direito brasileiro atualmente convive com um “sistema aberto e generalizado de técnicas coercitivas”<sup>7</sup> que funcionam como meios de pressão para influenciar a vontade do devedor a cumprir determinações judiciais. Dentre esses meios, destaca-se a multa coercitiva, mas ao seu lado, ainda existem instrumentos que são utilizados para ressarcir o agente de possíveis danos causados, e aí se está tratando da indenização.

As multas coercitivas e as indenizações são determinações judiciais diversas, uma voltada à tutela específica, principalmente reintegratória ou de remoção do ilícito, a fim de prevenir o dano após a ocorrência do ato ilícito e outra voltada para o ressarcimento em hipótese de dano efetivo. Deste modo não há como se confundir ambas como “*condenações em dinheiro*”<sup>8</sup>, já que está pacificado que a multa coercitiva não é condenação propriamente dita, pois visa proteger uma ordem judicial.

---

<sup>5</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade da execução por meio de multa**: a problemática em relação a pessoa jurídica. 2007. 347f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2007. p. 7-9.

<sup>6</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade**. Op. cit., p. 18-21.

<sup>7</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. A doutrina brasileira da multa coercitiva: três questões ainda polêmicas. **Revista Forense**, São Paulo, v. 104, n. 396, p. 233-255, mar./abr. 2008.

<sup>8</sup> Conforme faz entender o art. 13, da Lei 7.347 de 1985 ao dispor “Art. 13. Havendo *condenação em dinheiro*, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados”.

Para isso faz-se necessário analisar algumas alterações legislativas e entendimentos doutrinários dos institutos mencionados, para que sua futura distinção faça mais sentido.

No contexto do Estado Social, o ordenamento jurídico brasileiro passou a trabalhar com técnicas coercitivas das mais diversas, principalmente as capazes de pressionar o ordenado no sentido de cumprir com sua obrigação. E é neste cenário, em que se insere a reforma do Código de Processo Civil de 1973 pela Lei 8.952/94, que a multa coercitiva passa a ocupar notória posição dentre as técnicas viáveis.<sup>9</sup>

O legislador, com a reforma do CPC em 1994, incluindo o art. 461, autorizou que o juiz impusesse medidas para persuadir o devedor a cumprir sua obrigação, isto é, a realizar a conduta esperada.<sup>10</sup> Assim, é possível entender a multa coercitiva como a materialização da coerção psicológica que o Estado, através do magistrado, realizada em face do obrigado.<sup>11</sup>

Neste momento a multa já deve ser vista como um mecanismo de pressão psicológica com a função de demonstrar ao devedor que o descumprimento da prestação em sua forma específica - na forma em que seria realizada se o cumprimento tivesse sido espontâneo - se mostra desvantajoso, quando observadas as possíveis sanções.<sup>12</sup>

Em um primeiro momento, deve-se ter em vista que a previsão do art. 461 permitiu identificar que a concepção do provimento mandamental foi no sentido de não ser necessário levar o processo à execução, já que apresentou meios coercitivos para induzir o obrigado a realizar o mandamento já durante o processo de conhecimento.<sup>13</sup>

A multa aqui inserida tem suas bases nas *astreintes* do direito francês (século XIX). Esse instituto objetiva o cumprimento da ordem judicial através de uma obrigação acessória de pagar uma quantia em benefício do credor da obrigação.<sup>14</sup> Visa, sobretudo, efetivar a prestação jurisdicional do Estado em face do indivíduo.<sup>15</sup>

---

<sup>9</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade**. Op. cit.

<sup>10</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos sobre a multa coercitiva do art. 461, CPC**: necessidade de coerção dos dirigentes da pessoa jurídica. 2003. 108 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Direito, Curitiba. p. 7.

<sup>11</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 7.

<sup>12</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade**. Op. cit., p. 287.

<sup>13</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 15.

<sup>14</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 29.

<sup>15</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 31.

Sem dúvidas que há semelhança com a multa coercitiva do direito brasileiro: ambas são meio intimidatório para assegurar a execução ao influenciar a vontade do devedor a cumprir a obrigação, além de não pressupor ou exigir qualquer dano para ser exigida.<sup>16</sup>

Ainda houve outra alteração relevante com relação à multa no Código de Processo Civil antes do status atual que será analisado, tal modificação foi inserida pela Lei 10.444/2002, com a alteração do disposto no §5º do art. 461 e a inclusão do §6º do mesmo artigo, além do art. 461-A:

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Art. 461-A. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 1º Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, esta a entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.

§ 2º Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.

§ 3º Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461.

Atualmente, com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil em 2015 modificou-se a disposição dos mencionados dispositivos antes presentes nos artigos 461 e 461-A. Abaixo, fez-se uma tabela de correspondência para tornar mais clara a análise:

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que	Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo
---	--

<sup>16</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**, ob. cit., p. 32.

asseguem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.	resultado prático equivalente. Parágrafo único. Para a concessão da tutela específica destinada a inibir a prática, a reiteração ou a continuação de um ilícito, ou a sua remoção, é irrelevante a demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.
§ 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.	Art. 499. A obrigação somente será convertida em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.
§ 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287).	Art. 500. A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação.
§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.	
§ 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.	Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.
§ 5º Para a efetivação da tutela específica	Art. 536. No cumprimento de sentença

<p>ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.</p>	<p>que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.</p> <p>§ 1º Para atender ao disposto no caput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.</p> <p>§ 2º O mandado de busca e apreensão de pessoas e coisas será cumprido por 2 (dois) oficiais de justiça, observando-se o disposto no <u>art. 846, §§ 1º a 4º</u>, se houver necessidade de arrombamento.</p> <p>§ 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.</p> <p>§ 4º No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, aplica-se o <u>art. 525</u>, no que couber.</p> <p>§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não</p>
--	--

	fazer de natureza não obrigacional.
<p><u>§ 6º</u> O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva</p>	<p>Art. 537 § 1º O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluí-la, caso verifique que:</p> <p>I - se tornou insuficiente ou excessiva;</p> <p>II - o obrigado demonstrou cumprimento parcial superveniente da obrigação ou justa causa para o descumprimento.</p> <p>§ 2º O valor da multa será devido ao exequente.</p> <p>§ 3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.</p> <p>§ 4º A multa será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.</p> <p>§ 5º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao cumprimento de sentença que reconheça deveres de fazer e de não fazer de natureza não obrigacional.</p>
<p><u>Art. 461-A.</u> Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.</p> <p><u>§ 1º</u> Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e quantidade, o credor a individualizará na petição inicial, se lhe couber a escolha; cabendo ao devedor escolher, este a entregará</p>	<p>Art. 498. Na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, o juiz, ao conceder a tutela específica, fixará o prazo para o cumprimento da obrigação.</p> <p>Parágrafo único. Tratando-se de entrega de coisa determinada pelo gênero e pela quantidade, o autor individualizá-la-á na petição inicial, se lhe couber a escolha, ou, se a escolha couber ao réu, este a</p>

individualizada, no prazo fixado pelo juiz.	entregará individualizada, no prazo fixado pelo juiz.
<p><u>§ 2º</u> Não cumprida a obrigação no prazo estabelecido, expedir-se-á em favor do credor mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.</p> <p><u>§ 3º</u> Aplica-se à ação prevista neste artigo o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 461.</p>	<p>Art. 538. Não cumprida a obrigação de entregar coisa no prazo estabelecido na sentença, será expedido mandado de busca e apreensão ou de imissão na posse em favor do credor, conforme se tratar de coisa móvel ou imóvel.</p> <p>§ 1º A existência de benfeitorias deve ser alegada na fase de conhecimento, em contestação, de forma discriminada e com atribuição, sempre que possível e justificadamente, do respectivo valor.</p> <p>§ 2º O direito de retenção por benfeitorias deve ser exercido na contestação, na fase de conhecimento.</p> <p>§ 3º Aplicam-se ao procedimento previsto neste artigo, no que couber, as disposições sobre o cumprimento de obrigação de fazer ou de não fazer.</p>

Não cabe no presente trabalho analisar os pontos positivos e negativos das alterações ou mesmo o porquê das mesmas. A tabela acima foi inserida apenas para tornar mais claro o estudo do instituto no cenário atual.

Conforme se observa, não foram grandes as alterações no que diz respeito ao conteúdo do instituto da multa coercitiva no ordenamento processual, isto porque ela continua sendo medida de apoio, podendo ser aplicada de ofício e como forma de tornar efetiva a decisão judicial.

No novo diploma, o emprego da multa continuou sendo autorizado para fazer cumprir determinação judicial relativa a obrigações de fazer, não fazer (art. 536, §1º e art. 814), e de entregar coisa (art. 537, §3º). Ademais, trouxe previsão expressa da viabilidade de emprego da multa para fazer cumprir ordem de exibição de documento ou coisa (art. 400) e de pagar quantia (art. 139, IV). Não bastasse



isso, trouxe ainda, na parte geral do Código, a prerrogativa do juiz de cominar a multa a fim de fazer cumprir ordem judicial (art. 139, IV).<sup>17</sup>

Interessa mencionar, todavia, o que prevê o artigo 537 do atual código, sem correspondência direta com nenhum artigo do código de 1973. Tal artigo dispõe que a multa poderá ser aplicada tanto na fase de conhecimento, em tutela provisória, na sentença ou na fase de execução.

Isto posto, cabe neste momento realizar alguns apontamentos específicos sobre a indenização, aqui entendida como *reação ao cometimento de um ato ilícito que tenha por consequência um dano*, pertencente ao gênero das sanções civis.

No direito romano a sanção surgiu como substitutiva da vingança privada e se dividiu em sanção de cunho reparatório e de cunho punitivo.<sup>18</sup> A pena privada pode ser definida como a sanção a um ato privado, causando diminuição do patrimônio daquele que causou o dano, de forma punitiva. Duas outras características de tal modalidade são interessantes no presente estudo, *a pena privada visa tutelar interesse privado e seu montante é destinado à vítima do dano*.<sup>19</sup>

Com relação à responsabilidade civil, existem três concepções: a clássica, a moderna e a atual. A responsabilidade em sua primeira fase, conhecida como clássica ou tradicional, não distinguia responsabilidade civil e penal, responsabilidade culposa e objetiva ou ainda responsabilidade individual e coletiva. Não existia, nesse contexto, como se falar, portanto, em responsabilidade específica do bem lesado, pois o tratamento dado consistia em penitência e sacrifícios, impostos pelo grupo e no interesse dele.<sup>20</sup>

A reparação civil específica, de natureza indenizatória só ganha força com o advento das multas em dinheiro e com a aceitação das negociações (Lei das XII Tábuas). Mas ainda neste cenário existia uma confusão entre responsabilidade civil e penal. Foi somente com o iluminismo que, no contexto de construção do Estado Moderno, foi possível se identificar a privatização da responsabilidade civil, que passa a ser entendida como reparação dos danos causados.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> BOM, Patrícia Oliveira. **Aplicação**. Op. cit., p. 42.

<sup>18</sup> BASSAN, Marcela Alcazas. **As funções da indenização por danos morais e a prevenção de danos futuros**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2009. p. 44.

<sup>19</sup> BASSAN, Marcela Alcazas. **As funções**. Op. cit., p. 44.

<sup>20</sup> NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. P. 552

<sup>21</sup> NORONHA, Fernando. Op. cit. p. 553.

O Código Civil de 1916, fortemente influenciado pelo período oitocentista, distinguia responsabilidade civil e penal, contratual e extracontratual, mas tinha por fundamento que toda responsabilidade devia ter por base a culpa, com pontuais exceções.<sup>22</sup> Portanto, a responsabilidade em sua acepção moderna, prevista no Código Civil de 1916, exigia, no tratamento da responsabilidade civil, a existência de dolo ou culpa, com exceções pontuais, como por exemplo, no caso das estradas de ferro, em relação aos danos causados aos moradores das margens das linhas férreas e nos casos de legítima defesa, estado de necessidade ou exercício regular de Direito.<sup>23</sup> Assim, nesse contexto, não havia espaço para a responsabilidade objetiva, em regra.

Em poucas décadas, todavia, tal “solução” passou não mais atender às demandas sociais, tendo a responsabilidade civil passado pelas transformações mais nítidas durante a revolução industrial (séc. XVIII), que fez com que houvesse o crescimento da responsabilidade civil em sentido estrito em virtude de três principais aspectos: expansão dos danos suscetíveis de reparação, objetivação da responsabilidade e coletivização.<sup>24</sup> Entende-se, deste modo, que a concepção moderna de responsabilidade civil, superando os pressupostos previstos na teoria tradicional, trata o fenômeno da reparação de maneira diversa, afastando-se do sistema até então individualista e incluindo como pressupostos à reparação: o fato antijurídico, o nexo de imputação, o dano, o nexo de causalidade e a lesão do bem protegido.<sup>25</sup>

Por fim, o entendimento firmado pela concepção atual ou contemporânea prevista no art. 927, do Código Civil de 2002, é o de que o dever de indenizar é imputado quando comprovado o dano e o nexo causal, originado de uma ação ou omissão, representando, portanto, um fator objetivo de atribuição de responsabilidade civil.

Não cabe neste momento analisar pormenorizadamente todo o percurso histórico do instituto, mas com relação ao panorama atual, decorrente de mudanças estruturais da sociedade a partir da segunda metade do século XIX, e do surgimento

---

<sup>22</sup> NORONHA, Fernando. Op. cit. p. 559.

<sup>23</sup> BASSAN, Marcela Alcazas. **As funções**. Op. cit., p. 83.

<sup>24</sup> NORONHA, Fernando. Op. cit. p. 561/563.

<sup>25</sup> NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**: fundamentos do direito das obrigações: introdução à responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2003. v.1. p. 348.

de novos conceitos, entre eles, o da teoria do risco e o da responsabilidade subjetiva, entende-se ser central a questão da reparação dos danos.<sup>26</sup>

O código de processo civil de 1973 foi “tímido” ao abordar o instituto, apresentando-o em poucos dispositivos e como uma “sanção pecuniária”, o código civil de 2002, por outro lado, abordou com mais atenção o instituto, tendo como principais dispositivos os artigos 927: “*Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*” e 944 “*A indenização mede-se pela extensão do dano*”. O que, de certa forma, impede que haja um acréscimo na indenização que deve estar moldada nos limites do dano.<sup>27</sup> Neste contexto, entende-se que na indenização não podem ser somadas verbas punitivas ou a título de desestímulo.<sup>28</sup>

A indenização sob o viés de reparação pecuniária, presente no ordenamento brasileiro, não visa impor um castigo àquele que cometeu o dano, já que a fixação do seu montante é diretamente relacionada à extensão e gravidade do dano, a fim de atenuar os efeitos desse ato danoso.<sup>29</sup> A caracterização da responsabilidade indenizatória leva em conta, portanto, os conceitos de direito civil: *dano e vítima*.<sup>30</sup>

O ordenamento brasileiro, portanto, não prevê expressamente que se realize punição por meio da indenização, as chamadas *punitive damage* ou indenização punitiva, em que pese alguns trabalhos já defendam tal possibilidade<sup>31</sup>. Por isso o que importa, por ora, é a reparação pecuniária.

A indenização que ora interessa, deste modo, é a ressarcitória, que tem por função entregar à vítima do dano uma quantia que sirva como compensação dos prejuízos, podendo englobar o valor do bem lesado (dano emergente), bem como outros prejuízos materiais e extrapatrimoniais.<sup>32</sup>

<sup>26</sup> BASSAN, Marcela Alcazas. **As funções**. Op. cit., p. 85.

<sup>27</sup> AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil: o dano social**. In: Filomeno, José Geraldo Brito; Wagner Júnior, Luiz Guilherme da Costa; Gonçalves, Renato Afonso (Coord.). O Código Civil e sua interdisciplinaridade. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. P. 377.

<sup>28</sup> AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Por uma nova categoria**. Op. cit., p. 377.

<sup>29</sup> BASSAN, Marcela Alcazas. **As funções**. Op. cit., p. 45.

<sup>30</sup> AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O direito como sistema complexo e de segunda ordem; sua autonomia. Ato nulo e ato ilícito. Diferença de espírito entre responsabilidade civil e penal. Necessidade de prejuízo para haver direito de indenização na responsabilidade civil. *Civilistica.com – Revista Eletrônica de Direito Civil*. Rio de Janeiro, a. 2 n. 3, jul.-set./2013. Disponível em: <http://civilistica.com/o-direito-como-sistema-complexo-e-de-segunda-ordem/>. Acesso em 05 de outubro de 2016. p. 4-10.

<sup>31</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização punitiva**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, São Paulo, 2011.

<sup>32</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**. Op. cit., p. 190.

O Novo código de processo civil não trouxe mudanças significativas com relação ao que o código de processo civil anterior previa sobre o instituto. Abaixo é possível apenas ter uma ideia de quais artigos são correspondentes:

<p>Art. 18. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou. (Redação dada pela Lei nº 9.668, de 23.6.1998)</p> <p>§ 1º Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção do seu respectivo interesse na causa, ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.</p> <p>§ 2º O valor da indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.</p>	<p>Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.</p> <p>§ 1º Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.</p> <p>§ 2º Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo.</p> <p>§ 3º O valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.</p>
<p>Art. 633. Se, no prazo fixado, o devedor não satisfizer a obrigação, é lícito ao credor, nos próprios autos do processo, requerer que ela seja executada à custa do devedor, ou haver perdas e danos;</p>	<p>Art. 816. Se o executado não satisfizer a obrigação no prazo designado, é lícito ao exequente, nos próprios autos do processo, requerer a satisfação da obrigação à custa do executado ou perdas e danos, hipótese</p>

<p>caso em que ela se converte em indenização.</p> <p>Parágrafo único. O valor das perdas e danos será apurado em liquidação, seguindo-se a execução para cobrança de quantia certa.</p>	<p>em que se converterá em indenização.</p> <p>Parágrafo único. O valor das perdas e danos será apurado em liquidação, seguindo-se a execução para cobrança de quantia certa.</p>
--	---

Assim, deve-se ter em mente para o presente estudo que a indenização é uma forma de fazer com que o responsável pelo *dano* arque com seus atos.

## 2.1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS: A necessária distinção entre os conceitos.

Demonstrou-se que a utilização da multa coercitiva tem ligação direta com o dever Estatal de disponibilizar técnicas processuais que tornem efetivas suas decisões<sup>33</sup> e, por tal motivo, não deve existir um equilíbrio entre a multa e o cumprimento do dever, tendo que ser este de valor inferior àquela, sob pena de a multa tornar-se mais vantajosa do que o cumprimento da obrigação.<sup>34</sup>

Após essas conclusões iniciais e antes de simplesmente aplicar a multa em quaisquer situações, devem ser feitos alguns questionamentos, Primeiramente: a multa é cabível? Qual o montante suficiente para tornar a multa eficaz, isto é, para pressionar a conduta do devedor? Qual a capacidade econômica do réu?

Diante de tais questionamentos existem certos parâmetros para determinação do *quantum* da multa, quais sejam, a capacidade econômica do devedor; as possíveis vantagens que a parte pode obter com o descumprimento da ordem judicial; o valor em litígio; a natureza da obrigação; a índole temporal do ato ilícito; e o fato dessa multa ter que atingir a vontade humana responsável pelo cumprimento da ordem judicial.<sup>35</sup>

Uma das características da multa coercitiva, portanto, é ser meio intimidatório que influencia a vontade do devedor a cumprir a obrigação. É uma

<sup>33</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade**. Op. cit., p. 65.

<sup>34</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 38.

<sup>35</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade**, Op. cit., p. 196-199.

combinação de tempo e dinheiro e é importante frisar que o presente instituto não possui caráter ressarcitório, pois não depende de existência de prejuízo (dano)<sup>36</sup> como será analisado a frente. Deste modo, entende-se que a multa possui dupla eficácia, qual seja, proteger a autoridade do juízo e satisfazer uma situação que deu ensejo à tutela<sup>37</sup>.

Em linhas gerais, entende-se a multa como uma maneira de proteger e dar força à autoridade e à decisão judicial, não devendo ser confundida com a pretensão do demandante no processo.

Sabe-se que o objetivo da multa coercitiva (bem como de qualquer outro meio coercitivo) é não incidir, mas que se tiver que fazê-lo, que o faça de forma plena e imediata. O valor imposto a título de multa não é o elemento mais significativo. O que importa é que o meio coercitivo utilizado atinja o escopo de criar um temor tão grande ao seu destinatário a fim de fazê-lo preferir cumprir o ordenado a ter de sofrer as consequências de seu descumprimento.<sup>38</sup> Portanto, este valor não pode ser medido de acordo com a obrigação, mas de acordo com a capacidade econômica de resistência do réu ao cumprimento da obrigação.

Nesse mesmo sentido, Bruno Garcia Redondo sustenta “inexistir qualquer vinculação da multa com o valor da obrigação principal”. Salienta, nada obstante, que “esse entendimento não impede que o magistrado leve em consideração o valor da obrigação principal como mais um dentre os diversos fatores que deve ponderar ao fixar o valor da multa”.<sup>39</sup>

A título de informação a multa punitiva não pode ser confundida com a multa aqui tratada, pois aquela incide depois do ato ter sido praticado. A idéia da multa coercitiva é diferente, trata-se de uma ameaça ao devedor, sem a intenção de aplicação, para que ele cumpra a ordem do juiz. Por ser esse o papel da multa, a *astreinte* não tem como parâmetro o valor da obrigação que deve ser cumprida.

A multa, como modalidade de execução indireta, é atividade que depende da participação (vontade) do réu. O Estado ordena ao réu que cumpra a decisão judicial (fazer, não fazer ou entregar coisa), utilizando-se de um meio de indução, não

---

<sup>36</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 30.

<sup>37</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 36.

<sup>38</sup> SOUZA, Thiago Salles de. **A efetividade da multa coercitiva, como meio de indução, na tutela de direitos individuais**. 2007. 84 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

<sup>39</sup> REDONDO, Bruno Garcia. **Astreintes: Aspectos Polêmicos**. Revista de Processo, nº 222, p. 65-89, 2013. p. 70-71.

interferindo diretamente na esfera jurídica do demandado, para que ele cumpra a ordem.<sup>40</sup> Para alguns é execução propriamente dita, para outros como Liebman, é apenas cumprimento voluntário da obrigação.<sup>41</sup>

A multa coercitiva no direito pátrio constitui um instrumento para fazer valer o poder de império conferido ao Estado. Conforme denunciada pela designação aqui utilizada, a natureza jurídica do instrumento é coercitiva, pretende levar o devedor ao cumprimento de uma ordem emanada pelo estado-juiz que, por sentença, presta a tutela específica conforme disposto no CPC.<sup>42</sup>

Não é ela uma medida executiva propriamente dita, porque seu objetivo não é diretamente a expropriação de bens do executado, mas sim um meio de pressão original e autônomo. Apesar de ser tratada por alguns juristas como pena, não tem ela natureza punitiva ou compensatória, reservando-se a “incentivar” o obrigado a cumprir a obrigação, em face de seu caráter intimidatório.<sup>43</sup>

Atualmente, no entanto, a natureza coercitiva da multa é um dos poucos aspectos do instituto que goza de relativa unanimidade.<sup>44</sup> A multa possui natureza coercitiva e não um caráter indenizatório, não se trata, portanto, de uma indenização que o juiz fixa para o caso de descumprimento da obrigação ou pela demora do adimplemento de uma ordem.<sup>45</sup>

Após essas breves considerações sobre a multa coercitiva, é preciso realizar alguns apontamentos sobre a confusão existente entre a multa coercitiva e o instituto da indenização em seu viés ressarcitório. Confusão que está ligada a outra indefinição no que diz respeito aos conceitos de ato ilícito e dano, existente na maior parte da doutrina e que só passou a ser elucidada entre os anos 50 e 60 pela doutrina italiana.<sup>46</sup>

A fim de sepultar a confusão entre multa coercitiva e indenização pelo não cumprimento da prestação, o art. 461, §2º, do CPC/1973, previa expressamente que “*A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa*”, o que veio

<sup>40</sup> SOUZA, Thiago Salles de. **A efetividade**. Op. cit, p. 15.

<sup>41</sup> LIEBMAN, Enrico Tullio. **Processo de execução**. São Paulo: Saraiva, 1963. p. 6.

<sup>42</sup> SIQUEIRA JUNIOR, Orival Correa de. **As principais controvérsias da multa coercitiva do Artigo 461 do CPC, e as soluções apontadas pelo Projeto do Novo Código Civil Brasileiro**. 2011. 82 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2011. p. 22.

<sup>43</sup> SIQUEIRA JUNIOR, Orival Correa de. **As principais controvérsias**. Op. cit., p. 23.

<sup>44</sup> BOM, Patrícia Oliveira. **Aplicação**. Op. cit.

<sup>45</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **Perfis da tutela inibitória coletiva**. São Paulo: RT, 2003. P. 353.

<sup>46</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**: art. 461, CPC e 84, CDC. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. p. 24

expressamente previsto no novo Código de Processo Civil em seu artigo 500 “*A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa fixada periodicamente para compelir o réu ao cumprimento específico da obrigação*”.

O dano é apenas uma eventual consequência do ilícito, como algo accidental, eventual do ato contrário ao direito. Desde modo, o dano e o elemento subjetivo só importam para o caso de ressarcimento, mas não para situações de inibição ou remoção do ilícito<sup>47</sup>. Tal afirmação só vem confirmar que ambos os institutos são diferentes e devem ser tratados de modo diferente, principalmente quando se trata de ações coletivas, que envolvem um maior número de pessoas em busca de efetivação dos seus direitos pela justiça.

A reparação pecuniária (indenização) não visa impor um castigo àquele que cometeu o dano, já que a fixação do seu montante é diretamente relacionada a extensão e gravidade do dano. Objetiva, sim, atenuar os efeitos desse ato danoso<sup>48</sup>.

Ainda que ambos possam ser vistos como condenações em sentido genérico do termo, segue-se a mesma lógica de entendimento de Bruno Marzullo Zaroni, segundo o qual a multa não visa o ressarcimento do direito material, mas sim a efetividade da tutela jurisdicional<sup>49</sup>. Portanto, percebe-se que um dos maiores motivos de equívoco é a ainda persistente confusão entre institutos do âmbito material (indenização pelo inadimplemento) com os de âmbito processual (multa coercitiva).

Neste diapasão, Luiz Guilherme Marinoni leciona a necessidade de isolar uma tutela contra o ilícito, afastando as noções de ilícito e dano, possibilitando assim a incidência de tutelas ressarcitórias nas ocasiões de ocorrência de danos, mas também de tutela inibitória, por exemplo, na necessidade de fazer cessar um ilícito que não resultou em dano (possibilidade vislumbrada em direito difuso, por exemplo).<sup>50</sup>

É possível dizer que a confusão entre a multa e indenização se deve a três fatos: i) em primeiro lugar, ao motivo de que a prática francesa, para viabilizar o emprego da astreinte, foi obrigada a encobrir por muito tempo a distinção entre

<sup>47</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Ações Inibitória e de Ressarcimento na forma específica no “Anteproyecto de Código Modelo de Procesos Colectivos para Iberoamérica”** (art. 7º). Disponível em: [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Luiz%20G.%20Marinoni\(5\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Luiz%20G.%20Marinoni(5)%20-%20formatado.pdf). Acesso em 24 de set. de 2016. P. 5.

<sup>48</sup> BASSAN, Marcela Alcazas. **As funções**. Op. cit., p. 45.

<sup>49</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade**. Op. cit.

<sup>50</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 105.



astreinte (multa coercitiva) e indenização; ii) em segundo lugar, à falta de precisa distinção entre a multa contratual e a multa que pode ser empregada para dar efetividade às decisões do juiz; iii) e, em terceiro lugar, pela suposição de que as partes não poderiam, de comum acordo, fixar multa contratual em valor superior ao da prestação (com finalidade coercitiva), o que acabou também contaminando o raciocínio sobre a multa processual.<sup>51</sup>

Importa destacar, ainda, que as sanções jurídicas não se distinguem por sua estrutura/conteúdo, mas pela finalidade que apresentam no ordenamento, isto é, por sua função.<sup>52</sup>

A multa coercitiva, por um lado, tem como ‘função’ forçar o réu a adimplir a ordem judicial, no escopo de prevenir a ocorrência do ato ilícito. Destarte, nada tem a ver com o dano, até porque na tutela inibitória, em regra, não existe dano a ser indenizado. Ademais a multa coercitiva é instrumental, enquanto que a indenização, em seu viés ressarcitório, diz respeito ao dano, e tem por ‘função’ buscar sua reparação, além de ser final, pois representa a resposta dado ao Estado pelo dano sofrido/causado.<sup>53</sup> Avalia-se, dessa forma, dano e culpa.

Neste ponto, cabe uma análise sistemática dos institutos<sup>54</sup>:

ASTREINTE (multa coercitiva/cominatória)	RESSARCIMENTO (Indenização pelo dano)
É meio de coerção vinculado à ordem judicial	É meio de recomposição do patrimônio de alguém, às custas do patrimônio de outrem
Instrumental: Instrumento para o cumprimento de ordens judiciais.	Final: Visa recompor o status quo ante. É a própria tutela (fim)
É potencial (caráter eventual): somente se realizará no caso de inadimplemento da ordem (sanção processual).	Decorre do direito material: deriva da lei. É sanção prevista pela regra material (CC, art. 927).
Como qualquer outra técnica mandamental, pode ser imposta de ofício pelo juiz.	Depende de pedido da parte. (sujeita-se ao Princípio da demanda).

<sup>51</sup> SOUZA, Thiago Salles de. **A efetividade**. Op. cit, p. 26.

<sup>52</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**. Op. cit., p. 189.

<sup>53</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **Perfis**. Op. cit.

<sup>54</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**. Op. cit., p. 28.

## 2.2 APLICABILIDADE DOS MECANISMOS

O Estado Constitucional, diferentemente do que pregava a economia liberal, não defende o ressarcimento em pecúnia, mas sim protege a integridade do direito, impedindo sua transformação em dinheiro.<sup>55</sup> A fim de tornar mais concreto o cumprimento da obrigação na forma específica e não ser obrigatório o ressarcimento em pecúnia é possível que o juiz se utilize da multa coercitiva, mencionada nos tópicos anteriores, como medida para o cumprimento da ordem.<sup>56</sup>

Assim, a tutela jurisdicional ideal é aquela que busque a satisfação imediata e idêntica ao interesse em análise. Isto significa uma tutela que restaure o dano sofrido com a “restituição ou reconstituição do bem jurídico violado”. Sendo que a atuação judicial, através das medidas de apoio, somente se faz necessária quando o devedor não cumprir espontaneamente tal ‘restituição ou reconstituição’,<sup>57</sup> sendo relevante para esta atuação ‘excepcional’ saber qual meio coercitivo (multa coercitiva ou sub-rogação) será utilizado para obter a tutela executiva específica rápida e efetiva.<sup>58</sup>

Medidas de apoio ou medidas executivas necessárias são técnicas atípicas postas como cláusula aberta, no art. 536, do NCPC, que propicia, ao autor, o poder de requerê-las, e ao magistrado, a autorização para concedê-las, ou assegurá-las, de ofício, em prol da realização da tutela específica ou, no caso de sua impossibilidade, da obtenção do resultado prático equivalente.

Cabe ao juiz, todavia, de ofício, escolher a medida de apoio mais razoável e necessária para imprimir eficácia à ordem posta para resolução do caso concreto, não se limitando ao rol exemplificativo do artigo mencionado, como também, não podendo exceder os limites do princípio da proporcionalidade, e das garantias fundamentais.

---

<sup>55</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Da ação abstrata e uniforme à ação adequada à tutela dos direitos**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). *Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 199.

<sup>56</sup> ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa coercitiva como crédito do Estado**. 2008. 126f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2009. p. 38.

<sup>57</sup> VENTURI, Elton. **Execução da tutela coletiva**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. p. 61.

<sup>58</sup> SILVA, Ovídio A. Baptista. **Direito Material e Processo**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). *Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 63.

Através de tais medidas de apoio é atribuído ao juiz poderes ou técnicas executivas de caráter indireto (meios coercitivos atípicos), para promover eficiência a tutela executória por via específica ou, na sua impossibilidade, pela via do resultado equivalente.

Entende-se, conforme o professor Sérgio Cruz Arenhart, que o direito processual só é efetivo se os mecanismos de tutela utilizados forem adequados à realidade, isto é, às particularidades da demanda e dos sujeitos envolvidos a fim de oferecer aquilo que de fato o titular do direito deva receber.<sup>59</sup>

### 2.2.1 Ressarcimento pelo equivalente pecuniário x Ressarcimento específico

Segundo Fernando Noronha indenizar significa “apagar o dano, o que só se consegue através da reposição do patrimônio na situação em que se encontrava antes”.<sup>60</sup>

Primeiramente, insta definir que o ressarcimento, em seu âmbito geral, é uma resposta ao dano e, neste contexto, pode se dar na forma específica ou em dinheiro, este de maneira subsidiária.<sup>61</sup> Assim, tutela específica distingue-se da obtenção do resultado prático equivalente, aquela diz respeito à busca pelo resultado através da conduta do demandado, enquanto este diz respeito à obtenção do resultado através de terceiros.<sup>62</sup> Nesta última há a implicação em se reconhecer que os direitos podem ser convertidos em dinheiro, isto é, há monetarização dos direitos, o que não parece interessante nas demandas coletivas.

Assim, deve se entender que a tutela ressarcitória pelo equivalente significa atribuir ao agente lesado valor que seja “equivalente” ao seu dano sofrido, enquanto que a tutela ressarcitória específica – preferível, como pode se notar até o momento, busca atribuir ao lesado a situação anterior à ocorrência do dano.<sup>63</sup>

Nas hipóteses em que houver dano, apenas no caso de impossibilidade ou inexistindo pedido de tutela ressarcitória na forma específica é que a tutela

---

<sup>59</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **Perfis**. Op. cit., p. 34.

<sup>60</sup> NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações**. Vol. I, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007, pág. 437.

<sup>61</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Inibitória**: individual e coletiva.. 4ª ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p.127.

<sup>62</sup> TALAMINI, Eduardo. **Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer**: e sua extensão aos deveres de entrega de coisa (CPC, arts. 461 e 461-A; CDC, art. 84). 2 ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 230.

<sup>63</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 158

ressarcitória pelo equivalente terá lugar.<sup>64</sup> A tutela pelo equivalente pecuniário, além de ser subsidiária só tem razão de ser quando o ressarcimento específico se demonstrar excessivamente oneroso ou inviável.

Uma das diferenças entre a tutela específica e a tutela pelo equivalente diz respeito à distinção entre as sentenças, isto é, enquanto a primeira é consequência de uma sentença mandamental e executiva, a segunda, de uma sentença condenatória.<sup>65</sup>

Nas sentenças condenatórias puras presume-se que haverá o cumprimento voluntário do obrigado, que em não ocorrendo será submetido ao processo de execução; de outro lado, as condenatórias de caráter mandamental permitem que haja certa “pressão” ao cumprimento da obrigação pelo devedor, antes mesmo de instaurado o processo de execução.<sup>66</sup>

A análise da efetividade da ação deve ser feita tendo em vista as reais necessidades do direito material, sendo que a conversão em equivalente monetário é algo que descaracteriza as tutelas dos direitos.<sup>67</sup> Isto porque o credor não busca do judiciário apenas o reconhecimento e a declaração do seu direito, mas, sobretudo, uma tutela efetiva dos juízes e tribunais. Todavia, a tutela jurisdicional satisfativa no Processo Civil brasileiro permanece altamente ineficaz.

De modo geral defende-se a preferência absoluta pela tutela específica, devido à própria natureza dos direitos envolvidos. Porém, não raro, ela é frustrada, de forma que resta a reparação pecuniária.<sup>68</sup>

Sabe-se que quando se trata da reparação de direitos coletivos há a preferência pela tutela específica quando comparada com a tutela pelo equivalente monetário, pois aquela tem por objetivo a reparação do dano, quando este puder ser reparado na forma específica. Entretanto quando ela não for possível, para que não se tenha uma crescente fila de insatisfações com o judiciário, a saída também é a reparação pecuniária, ainda problemática quanto à efetivação do direito lesado, temática a ser discutida neste trabalho em seus próximos capítulos.

O equivalente pecuniário demonstra-se, deste modo, ser um fracasso, por não ir ao encontro da própria natureza do bem coletivo e não se mostrar como

---

<sup>64</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Inibitória**. Op. cit., p.118.

<sup>65</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Inibitória**. Op. cit., p.118.

<sup>66</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos**. Op. cit., p. 13.

<sup>67</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Da ação**. Op. cit., p. 204.

<sup>68</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 17.

compensação adequada a todos os interesses indiretamente afetados pela lesão ao bem comum, incluindo-se aqui as futuras gerações.<sup>69</sup> Deste modo, e estando diante de interesses que demandam uma proteção diferenciada para garantir o bem em si e não sua mera equivalência em dinheiro, surgem as tutelas inibitórias e reintegratórias.

Nesse ponto, é fundamental mencionar a importância da tutela inibitória, cujo objetivo é, justamente, a operacionalização da tutela apta a atuar antes da violação de direito, de maneira a mantê-lo íntegro e impedir eventual lesão, viabilização de um procedimento célere o suficiente para que um provimento seja dado antes da ocorrência da violação do direito, com a outorga de proteção provisória e satisfativa. Assim, utiliza-se a técnica da tutela inibitória nos casos de lesão iminente, sem que se comprometa uma posterior avaliação da decisão, com observância integral do contraditório da devida instrução.<sup>70</sup> Trata-se neste ponto da possibilidade de utilizar provimentos de ordem mandamental e executiva visando à atuação prática mais adequada à tutela do direito.<sup>71</sup>

Ademais, com a promulgação do Novo Código de Processo Civil, é fundamental levar em consideração a atipicidade das formas executivas. Em que pese os artigos desse diploma legal que tratem especificamente do cumprimento de sentença, indiquem forte tendência do legislador à estrita tipicidade dos meios aptos à prestação da tutela executiva, o artigo 139, IV localizado dentre os poderes do juiz, permite ao magistrado utilizar-se de todos os meios necessários, inclusive de medidas indutivas, coercitivas, mandamentais (através das medidas coercitivas, como a multa) ou sub-rogatórias para cumprir a decisão judicial, não mais se atendo apenas à sentença condenatória,<sup>72</sup> as quais após as reformas do CPC englobam todos os provimentos (mandamentais/executivos e condenatórios), pois em todos há condenação a determinada prestação e possibilidade de obtenção do resultado no mesmo processo.<sup>73</sup>

---

<sup>69</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 20.

<sup>70</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 20.

<sup>71</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 21.

<sup>72</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 12.

<sup>73</sup> ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit., p. 33.

### 2.2.2 Possibilidade de cumulação das tutelas inibitória, reintegratória e ressarcitória

Como mencionado no tópico anterior, a tutela específica decorre de um processo e propicia a quem tenha razão exatamente aquilo que tenha direito. O resultado, portando, coincide com o direito material e, sob este ponto de vista, a tutela específica é hoje tida como prevalente.

Diante da distinção apontada entre ilícito e dano é preciso que se tenha formas de tutela capazes de responder a cada um desses fatos de forma diferente e efetiva. Assim não é mais possível admitir que o ilícito seja “pago” com uma indenização, por se tratarem de âmbitos diversos, como reiteradamente afirmado.

Neste cenário, as tutelas são separadas em: i) tutela inibitória (discute-se o risco de ocorrência do ilícito -> contra o ato ilícito); ii) tutela reintegratória ou de remoção do ilícito (já houve o ilícito e pretende-se removê-lo); iii) tutela ressarcitória (pressupõe dano e responsabilidade).<sup>74</sup>

Todas as tutelas apontadas (inibitória, reintegratória e ressarcitória) possuem como objetivo comum a satisfação de alguma necessidade ou a tutela de algum direito, o que as distingue é o momento (antes ou após o dano) e a função principal (evitar o ilícito, cessar o ilícito ou reparar o dano).<sup>75</sup>

Primeiramente, o direito de evitar o ilícito, sua continuação ou o direito de retirá-lo não pode ser confundido com o direito de reparação do dano.<sup>76</sup> Estando diante de direitos diversos deve-se ter ciência de que se está diante de técnicas jurídicas também diversas para que a tutela seja efetiva e adequada.

As tutelas inibitórias e reintegratórias têm atenção voltada ao ilícito, uma ao momento anterior ao cometimento do ato contrário à lei e a outra em momento posterior, a fim de eliminar a situação de ilicitude, já a tutela ressarcitória visa ressarcir o dano e, portanto, deve proporcionar o status que estaria existindo caso o fato danoso não houvesse sido praticado.<sup>77</sup>

Cabe ressaltar, todavia, uma forte imbricação existente entre as tutelas inibitória e reintegratória, considerando que em determinadas situações não é possível distingui-las ou separá-las cronologicamente principalmente quando se

---

<sup>74</sup> AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **O direito**. Op. cit.

<sup>75</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Inibitória**. Op. cit., p. 231.

<sup>76</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 30.

<sup>77</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 135.

considera que ambas são justificadas na necessidade de dar efetividade à norma.<sup>78</sup> Por tal motivo o que as diferencia são os meios de execução utilizados: para a inibitória, a multa (execução indireta), que depende da atuação do agente e para a reintegratória (execução direta) a eliminação do ilícito independentemente da atuação/vontade do agente causador.<sup>79</sup>

Existe, ainda, a possibilidade de fungibilidade entre as tutelas inibitória e reintegratória para determinadas circunstâncias, por exemplo, agente insolvente, tempo limitado, adequação. Neste contexto *resta nítida a possibilidade de cumulação entre as tutelas inibitória e reintegratória*.<sup>80</sup>

Com relação à possibilidade de cumulação entre as tutelas inibitórias e ressarcitórias, cabem algumas reflexões.

Primeiramente, é essencial reiterar que a atual orientação do Judiciário, em geral, tem sido mais favorável à escolha de provimentos que demandem o adimplemento específico, ao invés do mero ressarcimento do dano.<sup>81</sup> É tal posicionamento do Judiciário - favorável à provimentos que demandam o adimplemento específico - que justifica o crescente uso da multa coercitiva, enquanto que a indenização ocupa posição apenas subsidiária.

Na primeira modalidade mencionada (tutela inibitória), o juiz ordena um fazer ou não fazer *sob pena de multa*. Portanto é nesta modalidade de tutela que a multa tem sua maior incidência. Nesses casos, todavia, a multa só tem eficácia se o ilícito for continuado ou puder ser, sendo aplicada por dia de atraso na inobservância à ordem jurisdicional<sup>82</sup> e independe de qualquer elemento subjetivo (culpa ou dolo), primeiramente por ser uma ação voltada ao futuro e, por outro lado, pelo fato de sua função ser impedir a ocorrência ou a reiteração de atos ilícitos.

A utilização da tutela inibitória depende tão somente da possibilidade do ilícito<sup>83</sup> e surge como técnica para que os direitos não se transformem em mero ressarcimento em pecúnia.

Já a segunda modalidade, de tutela ressarcitória, lida com a questão do dano e apresenta uma solução após sua ocorrência, devendo ser formulada no pedido, pois não pode ser concedida de ofício pelo juiz. Assim, só se pode falar em

<sup>78</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Inibitória**. Op. cit., p. 210.

<sup>79</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 137.

<sup>80</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 152.

<sup>81</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 12.

<sup>82</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Ações Inibitórias**. Op. cit., p. 5-6.

<sup>83</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 26.

indenização e, portanto, imaginar uma possível cumulação da indenização com outra modalidade de tutela se houver dano, já que é possível que haja ato ilícito e não ocorra dano, impedindo a cobrança da indenização, portanto.<sup>84</sup>

Deste modo, além de demonstrar que são modalidades de tutelas diversas, também é possível notar que a incidência de ambas se dá em momentos diversos, o que justifica a possibilidade de cumulação da indenização com a multa coercitiva, por possuírem funções e objetivos diversos, como explanado no tópico 2. Isso porque enquanto a multa coercitiva incide devido ao descumprimento de ordem judicial, a indenização se faz obrigatória para que seja feita a (re)composição patrimonial/pecuniária dos prejuízos causados.<sup>85</sup>

Outro fator que justifica a possibilidade de cumulação entre as tutelas inibitória e ressarcitória é o fato de não existir uma cronologia lógica entre o ilícito e o dano, de modo que é necessária a existência de uma tutela voltada a impedir o ilícito e outra a reparar o dano.<sup>86</sup> Sendo possível que os dois ocorram, um após o outro, quando se faz necessária a incidência da multa e da indenização.

Neste contexto, com as pontuações acima elencadas, também resta evidente a *possibilidade de cumulação entre as tutelas inibitória e ressarcitória*.<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **Perfis**. Op. cit. p. 103.

<sup>85</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **Perfis**. Op. cit. p. 354.

<sup>86</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**. Op. cit., p. 105.

<sup>87</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Inibitória**. Op. cit., pág. 214.



### 3 A DESTINAÇÃO DAS “CONDENAÇÕES JUDICIAIS” NAS AÇÕES COLETIVAS

Como restou demonstrado, dentre as tutelas mencionadas (inibitória, reintegratória e ressarcitória), o equivalente pecuniário ou tutela ressarcitória demonstra-se ser um fracasso no âmbito das ações coletivas, sendo a tutela específica – inibitória ou reintegratória – as que possuem maior efetividade. Ressalte-se que muitas vezes tal “responsabilidade” pode ser de difícil concretização, sobretudo quando a lesão ocasionar danos irreparáveis aos bens jurídicos.<sup>88</sup>

Deste modo, diante das inúmeras situações em que a tutela específica se faz impossível ou de difícil realização, a condenação em dinheiro acaba sendo a opção, inclusive, afirma-se que não seria o caso de se falar em reparação, já que para que haja condenação em dinheiro deve-se estar diante de lesão irreparável ao bem em análise.

A dificuldade até então existente em se enquadrar a tutela aos prejuízos causados a uma coletividade em um paradigma de tutela individualista e patrimonialista foi (inicialmente) superada com os novos instrumentos processuais de ação coletiva, tanto a Lei 4717/65, como a Lei 7347/85, ação popular e ação coletiva, respectivamente e ainda, mais tarde, com o Código de Defesa do Consumidor.<sup>89</sup>

Nesses casos, a legislação brasileira prevê que o montante oriundo da condenação deverá ser direcionado a um fundo, como anteriormente mencionado, que, por sua vez, tem por finalidade a *recomposição do bem jurídico “danificado”*. Também haverá reversão ao fundo quando se tratar de direitos individuais homogêneos e não houver habilitados para execuções individuais, em número suficientemente compatível com a gravidade do dano.

Nesses casos, entende-se que a destinação de eventual montante oriundo de condenações em ações coletivas, ou valor residual após execução individual aos fundos é uma *válvula de escape*. Busca-se reparar o bem jurídico e, ao mesmo tempo, evita-se que aquele que praticou a conduta ilícita preserve consigo os

---

<sup>88</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 25.

<sup>89</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**, ob. cit., p. 152.

ganhos.<sup>90</sup> Aparentemente o problema de fato estaria resolvido, mas este é assunto para outro momento.

A Lei da Ação Civil e o Código de Defesa do Consumidor exprimem em seus artigos 3º e 95, respectivamente, a possibilidade de condenação em dinheiro. A Lei da Ação Civil Pública prevê em seu artigo 13 o direcionamento da condenação em dinheiro para um fundo que buscará a reconstituição dos bens lesados.

Assim, inicialmente nota-se uma diferença na natureza das verbas que compõem os fundos: enquanto a verba prevista na Lei da Ação Civil Pública é condenatória e tem natureza ressarcitória devido ao dano produzido, sendo decorrência inicialmente da violação de um direito e em seguida da impossibilidade de realização da tutela específica, no Código de Defesa do Consumidor a natureza da reparação prevista é diferente, pois busca também reprimir o comportamento do agente, carregando consigo uma ideia de responsabilização.<sup>91</sup>

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) - idealizado pela Lei 7.347 de 1985, que previu sua criação nos artigos 13 e 20 e regulamentado pelo Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994, isto é, com quase 10 anos de atraso -, é referência para a análise dos fundos para os quais são destinadas as condenações em ações coletivas no direito brasileiro, ora por ser aquele que possui mais recursos, ora por ser aquele que possui uma regulamentação legislativa mais desenvolvida no assunto.

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos é o fundo federal para o qual são direcionadas as condenações residuais de ações coletivas a nível federal e que tem como escopo a reparação de danos causados em determinadas hipóteses elencadas em seu artigo 1º.

Todavia, um ponto que merece destaque é o fato de que os valores arrecadados e destinados ao fundo não possuem relação direta e estão longe de refletir a realidade brasileira. De acordo com pesquisa realizada na produção do artigo “Os primeiros 30 anos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos sob a luz da análise econômica do Direito: “contribuintes”, projetos apoiados e novas perspectivas sociais”<sup>92</sup>, de 2005 a 2014 as multas e indenizações ligadas ao direito

---

<sup>90</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 1.

<sup>91</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 26.

<sup>92</sup> SCHMIDT, Albano Francisco. Os primeiros 30 anos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos sob a luz da análise econômica do direito: “contribuintes”, projetos apoiados e novas perspectivas sociais. **ARGUMENTUM – Revista de Direito**, n.º15, UNIMAR, 2014. p. 217-218.

do consumidor representavam apenas 2,48% da arrecadação do fundo, enquanto que 9,83% diziam respeito à arrecadação de “outros interesses coletivos e difusos”. Tais dados oficiais em que pese demonstrem a pequena representação dos valores das condenações ligadas à ação coletiva presentes nos fundos, também se mostram limitados e genéricos ao prever “outros interesses coletivos e difusos”, que interesses?

Neste contexto que a utilização dos fundos dentro da sistemática da execução de processos coletivos é tão criticada pela doutrina, não apenas ante a sua clara inefetividade como meio de reparar os danos, mas principalmente, devido à maneira como se desenhou administrativamente, retirando muito de sua potencialidade.

Por se tratar de um fundo administrativo, muito de sua aplicação está dissociada do Judiciário que, como se observou, também não tem atuado muito no direcionamento das condenações em matéria de tutela coletiva a ele. Os motivos podem ser os mais variados, entre eles o fato de os requerimentos das condenações em favor do FDD ainda não serem uma realidade nas ações judiciais que versem sobre direitos coletivos.

Ademais, entende-se que a aplicação dos valores revertidos aos fundos não tem se mostrada suficientemente transparente e diligente.<sup>93</sup> O professor Elton Venturi, por exemplo, entende que mesmo integrando o fundo, os valores objeto da reversão deveriam se voltar em proveito dos sujeitos lesionados, especificamente visando a satisfazer seus interesses comuns.<sup>94</sup>

Entretanto, o único parâmetro estabelecido é o disposto no artigo 7º do Decreto n.º 1.306, de 9 de novembro de 1994 que a aplicação dos recursos deve estar, *na medida do possível*, relacionada com a natureza da infração ou do dano causado.<sup>95</sup>

Ademais, ressalte-se que apesar de os projetos apoiados, sem dúvida, serem merecedores desse financiamento, resta dúvida sobre sua ligação com aqueles que constituíram o polo ativo da ação que originou os recursos. Não existem atualmente relatórios públicos que detalhem sua atuação e os resultados obtidos,<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 93.

<sup>94</sup> VENTURI, Elton. **Execução**, ob. cit. p. 158.

<sup>95</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 95.

<sup>96</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 98.

em que pese a atuação dos gestores deva se pautar nos princípios da administração pública, entre eles o da publicidade dos atos e supremacia do interesse público.<sup>97</sup>

Com relação aos fundos estaduais, um dos grandes problemas que envolvem sua implementação pelos estados é a dificuldade do seu funcionamento e da sua instalação, além do fato de, em geral, os fundos estaduais se referirem apenas a uma matéria específica (meio ambiente, direito do consumidor, etc.).<sup>98</sup>

Outra dificuldade aparente se refere aos critérios que definem os recebedores e o melhor uso para os fundos, tornando a atividade subjetiva e discricionária. Nestas circunstâncias, toda vez que o dinheiro derivado de julgamento ou acordo não for direcionado diretamente à classe, sempre há a possibilidade de seus integrantes se sentirem prejudicados, uma vez que sua expectativa de propriedade é entregue a outrem.<sup>99</sup>

Ainda, na realidade fática o fundo também tem se mostrado extremamente ineficiente, seja pela falta de transparência das aplicações, seja pela inconsistência de sua atuação com os propósitos da Lei. Isso porque a aplicação dos recursos, na maioria das vezes, não está ligada à tutela dos direitos coletivos de onde se originaram, o que tem contribuído para colocar sua utilidade e credibilidade em questão, tornando-os, também, uma opção imprecisa.

Assim, as inúmeras críticas feitas ao funcionamento dos fundos e o questionamento quanto à sua necessidade no contexto atual da Administração Pública, têm ligação direta com a própria necessidade de se repensar a maneira como é realizada a execução dos processos coletivos no Brasil e a importância de se considerar os instrumentos visando, fundamentalmente, à tutela do direito material.<sup>100</sup>

### 3.1 A MULTA DIÁRIA E A INDENIZAÇÃO: “condenações” da mesma espécie?

Neste contexto, pretende-se entender, diante das principais diferenças apontadas entre a multa e a indenização no capítulo 2, com relação a seus conteúdos, funções e, principalmente, a seus objetivos, como se dá a atuação do

---

<sup>97</sup> SCHMIDT, Albano Francisco. **Os primeiros**. Op. cit. p. 213-214.

<sup>98</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 101.

<sup>99</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 59.

<sup>100</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 126.

judiciário com relação ao valor recebido a título de cobrança das multas coercitivas e das indenizações no funcionamento da ação coletiva.

Partindo novamente de uma abordagem legal, mas com maior atenção à Lei da Ação Civil Pública<sup>101</sup>, observa-se que a previsão é de destinação da eventual condenação em dinheiro a um fundo:

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, *a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo (grifo nosso)* gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados. (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1o. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.288, de 2010)

§ 2o. Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1o desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010) (Vigência).

Após uma leitura superficial do artigo apresentado, a interpretação que se tem é a de que tão somente o montante advindo das indenizações pelo dano causado reverterá ao fundo, não existindo em nenhum momento menção à destinação da multa prevista no artigo 11 da Lei:

Art. 11. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.

Além do fato de que a própria Lei distingue em seu artigo 3º a condenação do cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, momento em que a multa é cabível.

---

<sup>101</sup> Em que pese a Lei nº 7.347 de 1985 não seja responsável por inaugurar a matéria de direitos coletivos na legislação pátria, foi a que primeiro previu a destinação do valor da 'condenação pecuniária' para um fundo, matéria abordada no momento.

Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Deste modo, novamente a interpretação que se faz é a de que somente há previsão de destinação do valor das indenizações em ações coletivas e não das multas, eventualmente aplicadas como meio de induzir o sujeito a cumprir sua obrigação.

Tal lacuna legislativa permaneceu desde a promulgação da Lei da Ação Civil Pública em 1985 até 1994, quando o problema parece estar sanado com a regulamentação dada ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos pelo Decreto nº 1.306 de 1994, quando em seu artigo 2º elenca os recursos do FDD e sua fonte de arrecadação, incluindo no inciso I tanto a multa, do artigo 11, como a indenização do artigo 13, ambos da Lei 7.347/85:

Art. 2º Constitue recursos do FDD, o produto da arrecadação:

I - das condenações judiciais de que tratam os arts. 11 e 13, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

II - das multas e indenizações decorrentes da aplicação da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, desde que não destinadas à reparação de danos a interesses individuais;

III - dos valores destinados à União em virtude da aplicação da multa prevista no art. 57 e seu parágrafo único e do produto de indenização prevista no art. 100, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

(...)

Ao incluir o artigo 11 na previsão do inciso I entende-se que o legislador percebeu o equívoco cometido no então artigo 13 da Lei 7.347/85, o qual acabava por apresentar um destino tão somente aos valores advindos de indenizações em ações civis públicas.

Entretanto, ainda observa-se um tratamento igualitário entre a multa e a indenização ao destinar o montante pecuniário de ambos ao fundo, que como já frisado, tem como finalidade reparar os ‘danos’ causados. Desta forma, destinar o produto da indenização – devida no caso de dano – e da multa – que independe do dano –, para o mesmo local é ignorar todas as diferenças existentes entre os institutos.

Ressalta-se que a multa, diferentemente da indenização, é uma técnica coercitiva que visa punir uma desobediência judicial e, por tal motivo, não possui qualquer ligação com a prestação, sendo cobrada, inclusive, independente de dano. Não é possível admitir, portanto, que seja enviada a um fundo que visa reparar um dano que pode nem ao menos ter ocorrido, situação que ficará sem destino direto, podendo ser aplicada em quaisquer outras atividades, inclusive desvinculadas do judiciário.

Em que pese aparentemente a confusão seja apenas da literalidade da lei, o fato é que o judiciário, em virtude da determinação legal do art. 13 da LACP, acaba destinando ao fundo tanto a multa, quanto a indenização, de maneiras indistintas, o que também se justifica devido à ausência de aplicação lógica dos dois institutos com funções e finalidades diversas.

A partir de uma análise jurisprudencial, observa-se que a confusão apontada entre a multa e a indenização não está esgotada, considerando que em suas decisões os magistrados utilizam-se do art. 13, da Lei 7.347/85 para fundamentar a destinação da *multa* ao fundo, artigo este que não faz qualquer referência ao instituto em questão.

Deste modo, ao realizar uma interpretação extensiva do artigo, o juiz deixa de se atentar que na realidade a multa coercitiva difere da indenização, devendo ter, portanto, destinação diversa desta ou, no caso de o magistrado entender por bem destinar ambos – multa e indenização – ao mesmo Fundo, precisa fundamentar sua decisão no art. 2º, inciso I, do Decreto 1.306 de 1994.

A indenização, segundo já dito, deve ser requerida em ação própria, pois passível de liquidação e execução da sentença de modo individual, motivo pelo qual não se fala, na hipótese dos autos, em indenização autônoma, tampouco em destinação dessa indenização ao Fundo de Direitos Difusos. Todavia, a multa cominatória em caso de descumprimento da obrigação de não fazer, por outro lado, será destinada ao fundo indicado pelo MP (art. 13 da Lei n. 7.347/1985), uma vez que não é possível determinar a quantidade de consumidores lesados pela cobrança indevida da tarifa sob a emissão de boleto bancário.<sup>102</sup>

E M E N T A-APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - MULTA DIÁRIA FIXADA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DESTINAÇÃO AO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - PREVISÃO CONTIDA NO ARTIGO 13DA LEI N. 7.347/85 - ILEGITIMIDADE ATIVA DO CONSUMIDOR - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

<sup>102</sup> REsp n.º 794.752-MA, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, julgado em 18/02/2010.

1.A multa cominatória fixada em ação civil pública, para o caso de descumprimento da obrigação de fazer, deverá ser destinada ao fundo de defesa dos direitos difusos, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85. 2. Dada a ilegitimidade do consumidor para pleitear o recebimento da multa diária fixada na ação civil pública, deve ser mantida a sentença de indeferimento da inicial com base na ilegitimidade ativa ad causam. (...).<sup>103</sup>

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AMBIENTAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DIÁRIA FIXADA EM SENTENÇA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESTINAÇÃO AO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS. PREVISÃO CONTIDA NO ARTIGO 13 DA LEI Nº 7.347/85. PRECEDENTES. REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA FIXADA NA SENTENÇA. CABIMENTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSOS CONHECIDOS, SENDO A 1ª APELAÇÃO PROVIDA E O 2º RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1.A multa cominatória fixada em ação civil pública, para o caso de descumprimento da obrigação de fazer, deverá ser destinada ao fundo de defesa dos direitos difusos, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85. 2. Recursos conhecidos. Provimento da 1ª apelação e parcial provimento ao 2º recurso. 3. Sentença parcialmente reformada (...).<sup>104</sup>

Outras decisões, todavia, destinam a multa ao fundo, mas em seu fundamento apresentam o artigo relativo à multa coercitiva na Lei da Ação Civil Pública (artigo 11), em que pese permaneçam realizando uma interpretação extensiva do art. 13 da respectiva lei, tais decisões não confundem os dois institutos ou consideram a multa uma modalidade de indenização:

(...) 5) no pagamento de multas diárias de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pelo Município e de R\$ 1.000,00 (mil reais) pessoalmente pelo Sr. Prefeito Municipal, em caso de descumprimento da sentença judicial, com fundamento no § 2º do art. 213 da Lei 8.069/1990 e no § 2º do art. 12 da Lei 7.347/1985, valores que deverão ser destinados ao Fundo gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do art. 214 do ECA, combinado com os artigos 11 e 13 da LACP. (...)<sup>105</sup>

A multa como diversas vezes apontado no presente trabalho possui o objetivo de ser uma “ameaça” ao devedor, uma coerção, isto é, tem por finalidade convencer o devedor de que o não cumprimento da obrigação poderá lhe trazer desvantagens, que em regra existe para não ser aplicada, só sendo como forma de fortalecer a eficácia da ordem judicial<sup>106</sup>.

<sup>103</sup> Apelação n.º 0035802-95.2013.8.12.0001, 5ª Câmara Cível de Campo Grande, Relator Des. Sideni Soncini Pimentel, julgamento 10/04/2014.

<sup>104</sup> Apelação Cível n.º 0010.12.708224-5, Câmara Única TJRR, Relator Des. Almiro Padilha, julgamento 21/07/2015, DJe 30/07/2015, p. 30.

<sup>105</sup> Apelação Cível e Reexame Necessário n.º 1.526.702-0, 6ª Câmara Cível da Comarca de Rolândia, Relatora Fabiane Pieruccini, julgado em 30/08/2016.

<sup>106</sup> ZARONI, Bruno Marzullo. Contempt of court e a aplicação dos meios de execução indireta em face dos dirigentes da pessoa jurídica como meio de efetivação das decisões: Direito Comparado e



Para que não se torne uma crítica generalizada, cabe mencionar que alguns posicionamentos do judiciário apontam a especificidade da multa coercitiva e justificam sua aplicação como meio de coerção e não punição, característica própria da indenização:

“(...) A irresignação também não prospera porque a multa cominatória é simples meio de coerção. Por ela, não se visa uma punição, mas o cumprimento de uma obrigação.

Assim, o que vislumbra à Justiça não é a aplicação da multa em proveito do credor, mas o cumprimento da obrigação imposta e, por conseguinte, a efetividade do provimento jurisdicional, na forma do artigo 537, do Código de Processo Civil/15.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO DA DECISÃO QUE FIXA MULTA COMINATÓRIA. RECURSO REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC E RES. 8/2008 DO STJ). A decisão que comina astreintes não preclui, não fazendo tampouco coisa julgada. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a multa cominatória não integra a coisa julgada, sendo apenas um meio de coerção indireta ao cumprimento do julgado, podendo ser cominada, alterada ou suprimida posteriormente. Precedentes citados: REsp 1.019.455-MT, Terceira Turma, DJe 15/12/2011; e AgRg no AREsp 408.030-RS, Quarta Turma, DJe 24/2/2014. REsp 1.333.988-SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 9/4/2014.”<sup>107</sup>

Desta maneira, buscou-se no presente capítulo apontar de que forma se dá na legislação e na jurisprudência brasileira a confusão entre os institutos da multa e da indenização, confusão essa que também é doutrinária, como apontado no início do presente trabalho. Pretendeu-se também demonstrar que o tratamento igualitário dado à destinação dos valores recebidos a título de indenização e de multa nas ações que tutelam interesses coletivos pode ser o responsável por tornar pouco efetivo o retorno financeiro para aqueles que se sentem prejudicados por algum fato e pretendem demandar judicialmente, bem como pode ser um dos motivos pelos quais a quantidade de ações coletivas seja quase irrisória no judiciário brasileiro, quando comparada com as ações individuais, que se multiplicam dia após dia.

---

técnica processual. Genesis – **Revista de Direito Processual Civil**, Curitiba, v. 36, abril/junho, 2005. p. 401.

<sup>107</sup> Apelação Cível e Reexame necessário n.º 1633652-8, 4ª Câmara Cível da Região Metropolitana de Maringá, Foro Regional de Sarandi, Relator Hamilton Rafael Marins Schwarts, julgado em 27/06/2017.

### 3.2 AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS EM MATÉRIA DE EXECUÇÃO COLETIVA

Entende-se que um dos principais problemas enfrentados pelas legislações coletivas é a deficiência quanto à matéria executiva, aqui entendida como a satisfação dos interesses pleiteados nas demandas. A dificuldade principal está em preencher as lacunas normativas que permanecem existindo, mesmo com as inúmeras inovações/alterações legislativas.

O Brasil foi pioneiro em prever no seu ordenamento jurídico a possibilidade de tutela difusa e coletiva, como visto nos capítulos iniciais, primeiramente com a Lei da Ação Popular, mas mais especificamente com a Lei da Ação Civil Pública em 1985. Tais direitos de caráter coletivo foram reforçados pela Constituição Federal e pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo que este ordenamento acrescentou a tutela aos interesses individuais homogêneos.

Ainda, poucos países possuem em seu Código de Processo Civil ou em suas legislações esparsas matérias específicas para reger o processo coletivo, porém o Brasil está entre os países que compõe a exceção. Todavia, a legislação até então existente ainda se mostra muito vinculada ao direito processual civil, sendo cada vez mais necessário que as normas do processo coletivo se *libertem* do direito individual e cheguem à posição de destaque que de fato merecem, considerando seu caráter fundamental no ordenamento jurídico.<sup>108</sup>

A primeira legislação a proteger de fato os interesses metaindividuais foi a Lei da Ação Popular (Lei n.º 4.717/65), que prevê como objeto da ação a invalidação do ato por ela impugnado, além da condenação do infrator ao pagamento de perdas e danos. O infrator nessa espécie de ação também deve arcar com as despesas judiciais de caráter ordinário e com a reparação da lesão ocasionada, cita-se o artigo 14 da referida lei e seus parágrafos:

Art. 14. Se o valor da lesão ficar provado no curso da causa, será indicado na sentença; se depender de avaliação ou perícia, será apurado na execução.

§ 1º Quando a lesão resultar da falta ou isenção de qualquer pagamento, a condenação imporá o pagamento devido, com acréscimo de juros de mora e multa legal ou contratual, se houver.

---

<sup>108</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro . O Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos. **Revista de Direito da Defensoria Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 62, 2006.

§ 2º Quando a lesão resultar da execução fraudulenta, simulada ou irreal de contratos, a condenação versará sobre a reposição do débito, com juros de mora.

§ 3º Quando o réu condenado perceber dos cofres públicos, a execução far-se-á por desconto em folha até o integral ressarcimento do dano causado, se assim mais convier ao interesse público.

§ 4º A parte condenada a restituir bens ou valores ficará sujeita a seqüestro e penhora, desde a prolação da sentença condenatória.

A lei também prevê a execução da sentença, todavia de maneira breve e superficial para o que se pretende:

Art. 16. Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

Art. 17. É sempre permitida às pessoas ou entidades referidas no art. 1º, ainda que hajam contestado a ação, promover, em qualquer tempo, e no que as beneficiar a execução da sentença contra os demais réus.

Nenhuma outra previsão foi feita com relação à execução na referida Lei, entretanto pode-se inferir que o valor devido será remetido àquele que for afetado pelo ato, de acordo com os parágrafos do artigo 14 e suas previsões “realização do pagamento devido” (art. 14, §1º), entende-se que àquele a quem se deve o pagamento, “reposição” (art. 14, §2º), “restituir” (art. 14, §3º), ambas dizem respeito a uma devolução dos valores auferidos de maneira fraudulenta. Desse modo em tal modalidade o que se nota é a primazia da tutela ressarcitória (indenização).

Somente 20 anos depois, em 1985, com a promulgação da Lei da Ação Civil Pública que as principais alterações no que tange à tutela coletiva foram observadas, podendo se falar em um verdadeiro avanço na proteção jurisdicional dos direitos metaindividuais.<sup>109</sup> Em que pese tratarem de objetos de incidência diferentes – a primeira visa anular ato lesivo e a segunda visa responsabilizar agentes que causem danos morais e patrimoniais a alguns bens protegidos –, ambas apresentam-se como possibilidades de atuação coletiva perante o judiciário.

A LACP prevê expressamente em seu artigo 3º que a ação poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou a obrigação de fazer ou não fazer, tais modalidades são especificadas respectivamente nos artigos 13 e 11 do diploma legal.

<sup>109</sup> CUNHA, Alcidez A. Munhoz. **Evolução das ações coletivas no Brasil**. In: Revista de Processo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 20, n. 77, jan./mar. 1995, p. 227.

Ainda, a LACP apresenta uma novidade ao prever que o valor da indenização reverterá a um fundo Federal ou Estadual (art. 13), que de acordo com o art. 20 será regulamentado pelo Poder Executivo em 90 dias<sup>110</sup>. Tal Regulamento (Decreto nº 1.306/94) por sua vez supriu a lacuna deixada pelo artigo 13 da Lei nº 7.347/85 com relação à multa do artigo 11 da referida lei, ao prever que *a multa e a indenização* seriam revertidas ao fundo.

Ainda, há o artigo 15 da referida Lei que atribui ao MP e aos demais legitimados a competência de promover a execução da sentença condenatória caso a parte autora não a promova:

Art. 15. Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

Por sua vez, a Constituição Federal (1988) atribuiu dignidade constitucional à maioria das ações coletivas, prevendo, entre os diversos artigos que tratam do tema, a possibilidade de qualquer cidadão titularizar ação popular nos moldes da Lei da Ação Popular, além de garantir o acesso à justiça a todos os tipos de direitos e interesses e instituiu a legitimação coletiva para a impetração do Mandado de Segurança. Além de proteger especificamente os direitos coletivos dentro da teoria dos direitos fundamentais (Título II, Capítulo I). Todavia, não há qualquer menção ao capítulo das execuções coletivas.

Por fim, no que diz respeito às leis que apresentam a matéria em análise, temos o Código de Defesa do Consumidor que, a partir do art. 81 apresenta previsões concernentes aos interesses de cunho coletivo, consagrando a proteção jurisdicional dos direitos metaindividuais e trazendo de forma inédita o conceito de direitos e interesses individuais homogêneos.

Em seu artigo 84, o CDC estabelece entre os objetos da ação o *cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer* e a *possibilidade de tutela específica*, explicitando em seu parágrafo 1º a prioridade pela tutela específica ou resultado prático equivalente em relação à conversão em perdas e danos, além de prever a multa diária.

---

<sup>110</sup> O que na realidade só ocorreu em 1994, quase 10 anos depois, com o Decreto nº 1.306 de 9 de novembro de 1994.

Ainda, o CDC apresenta uma novidade estrutural ao distinguir os direitos coletivos subjetivos e conceitua-los em difusos, coletivos e individuais homogêneos. Com relação aos interesses individuais homogêneos, previsão legal que se apresenta como uma novidade na temática, o CDC prevê que a execução coletiva será feita com base em certidão das sentenças de liquidação (art. 98, §1º), sendo que o próprio Código consigna que as indenizações pelos prejuízos individuais possuem preferência de pagamento quando em concurso com a condenação prevista na LACP (art. 99). Por fim, o CDC apresenta o prazo de 1 ano para habilitação dos interessados, situação em que os legitimados podem promover a liquidação e a execução da indenização devida, a qual será revertida para o fundo.

A legislação brasileira existente em matéria de tutela coletiva é ampla e avançou muito, todavia alguns pontos merecem um olhar mais cuidadoso e uma maior atenção seja doutrinária, seja legislativa. Entre esses pontos está a execução coletiva, principalmente no que diz respeito à condenação pecuniária e à destinação desta condenação, mormente pelo fato de que as ações coletivas precisam ser entendidas como instrumento efetivo para o equilíbrio das partes no processo, capazes de atenuar as desigualdades e combater as injustiças praticadas<sup>111</sup>, mas para isso seu processamento precisa se dar de modo eficaz para os que demandam.

Diante da ineficiência das legislações coletivas com relação à execução o CPC acaba possuindo ampla aplicabilidade, o que sem dúvidas gera riscos e prejuízos à efetividade dos direitos em análise. Neste cenário e diante das tentativas de aperfeiçoamento da legislação coletiva alguns projetos tiveram destaque e serão analisados mais detidamente no próximo ponto.

A partir deste desenho inicial observa-se a necessidade cada vez mais presente e persistente de implementação de normas próprias à execução coletiva, como defende o professor Elton Venturi.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **O Código**. Op. cit., p. 80.

<sup>112</sup> VENTURI, Elton. **Execução**, ob. cit. p. 90.

### 3.2.1 Projeto de Código Modelo de Processos Coletivos para Íbero-América e Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos.

No cenário do que foi acima abordado, faz-se necessário mencionar alguns movimentos de juristas em busca de legislações próprias aos processos coletivos; movimentos esses de grande importância à normativa coletiva em geral, mas que especificamente no que tange à execução coletiva acabaram por ser inócuos.

Primeiramente, cabe ressaltar que hoje no Brasil existem diversos diplomas normativos que tratam da tutela coletiva, como por diversas vezes pontuou-se no presente trabalho. O fato é que a existência de uma multiplicidade de leis sobre a matéria acaba por dificultar a implementação de uma técnica única que seja eficaz e suficientemente adequada para tutelar os direitos metaindividuais, principalmente se observados os diferentes momentos históricos em que cada legislação foi editada. A partir de tal dificuldade alguns doutrinadores entenderam ser a elaboração de códigos modelos a saída para institucionalizar e sistematizar as evoluções pelas quais a matéria passou.

A partir dessas iniciativas e diante da nova problemática em crescimento – tutela coletiva – que surge a proposta de formulação de um novo Código Modelo, abrangendo os países ibero-americanos. A comissão de redação do Código foi nomeada em maio de 2002 e em outubro do mesmo ano foi apresentado o Anteprojeto de Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América. A primeira versão foi reformulada duas vezes e a terceira versão foi tida como Projeto e transformado no então analisado Código-Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América.<sup>113</sup>

A ideia do Código Modelo era buscar unificar e harmonizar normas jurídicas de países que se assemelham no âmbito de seus sistemas jurídicos, além de servir como parâmetro para futuras alterações legislativas. O objetivo desse instrumento legislativo foi separar as normas do processo coletivo do direito material, a fim de ampliar o acesso à justiça, a economia processual e garantir a efetivação dos direitos das partes envolvidas.<sup>114</sup>

A origem e a base normativa do Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-América têm ligação direta com a legislação brasileira, todavia, apresentam

---

<sup>113</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **O Código**. Op. cit., p. 61.

<sup>114</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **O Código**. Op. cit., p. 61/62.

inovações que devem ser vistas como reflexão para melhoramentos ou adaptações nas leis nacionais.<sup>115</sup> O Código Modelo se pautou na democratização do acesso à justiça, através da ampliação do rol de legitimados, ao lado do estabelecimento de requisitos específicos para demandar coletivamente, sendo que a relevância social foi inserida no rol de requisitos para a admissibilidade da ação.<sup>116</sup>

Por outro lado, no que nos interessa no presente estudo, o Código Modelo não dedica um capítulo sequer à execução coletiva, tratando da temática de maneira muito tímida:<sup>117</sup>

Os artigos 6º e 7º disciplinam a tutela específica, mas mantém a previsão dos artigos 461 e 461-A do CPC/73. O artigo 8º menciona a ação indenizatória, mantendo, todavia, o valor da condenação destinado a um fundo (Fundo dos Direitos Difusos e Individuais Homogêneos), conforme a LACP, em que pese tenha regulamentado-o melhor do que havia sido feito pela Lei da Ação Civil Pública.<sup>118</sup>

O artigo 14 do referido diploma apresenta a legitimação à liquidação e execução da sentença condenatória, possibilitando que o MP ou outro legitimado promova a liquidação ou a execução da sentença se o autor da demanda não o fizer em 60 dias.

Com relação à execução propriamente dita o Código-Modelo, em seu artigo 19, prevê que a execução será definitiva ou provisória, sendo que esta corre por conta e risco do exequente, responsável, inclusive, pelos prejuízos causados ao executado, o que se coloca na contra mão do que se defende para um processo coletivo, ao se inibir a busca da tutela pelo efetivamente prejudicado.

Na hipótese de não habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano nas ações coletivas em defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos, a previsão é de execução coletiva da importância devida e destinação desta ao Fundo dos Direitos Difusos e Individuais Homogêneos (art. 27).

Assim, entende-se que as matérias que o Código-Modelo previu não são novidades ou pelo menos aproveitáveis para acrescentar à legislação brasileira atual.

---

<sup>115</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **O Código**. Op. cit., p. 63.

<sup>116</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **O Código**. Op. cit., p. 67/70.

<sup>117</sup> ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Execução**, ob. cit., p. 17.

<sup>118</sup> ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Execução**, ob. cit., p. 18

Com propósitos semelhantes aos acima mencionados<sup>119</sup> com relação à elaboração do Código-Modelo, e pouco tempo depois, tem início a edição de um Código Brasileiro de Processos Coletivos. Com colaboração e redação da professora Ada Pellegrini Grinover. O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos<sup>120</sup>, conhecido por Anteprojeto USP, acaba por reproduzir em linhas gerais aquilo que o Código-Modelo apresentou. Assim, a execução coletiva permanece insuficientemente abordada e ainda incapaz de dar autonomia plena ao processo coletivo em face do CPC:

O artigo 14 do referido diploma apresenta a legitimação à liquidação e execução da sentença condenatória, praticamente com a mesma redação do Código-Modelo, todavia amplia o prazo para que os legitimados promovam a liquidação ou a execução para 120 dias, para que, a partir daí, possa o MP promovê-las. Ainda, o artigo 15 apresenta a execução definitiva e provisória, esta nos mesmos moldes apresentados pelo Código-Modelo, mantendo, portanto, a problemática responsabilidade do exequente.

O referido Anteprojeto apresenta em seu artigo 24 a modalidade de ação reparatória vinculada à ocorrência de danos ao bem jurídico, neste dispositivo a previsão é de que a condenação consistirá na prestação de obrigações específicas, sendo subsidiária a possibilidade de pagamento da indenização, que será revertida ao FDD.

No artigo 25, responsável por regulamentar o FDD, o legislador previu em seu §1º que serão produtos do fundo a indenização, a execução pelos danos globalmente causados e a arrecadação de multas, corrigindo a confusão existente no art. 13, da LACP e a lacuna deixada pelo Código-Modelo em seu artigo 8º que também só mencionou o produto da *indenização* (reparação dos danos).

No §2º do artigo 26, o legislador menciona que os interessados na ação coletiva para defesa de interesses ou direitos individuais homogêneos podem ser

---

<sup>119</sup> Conforme se infere da leitura da exposição de motivos dada ao Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, disponível em: <http://www.projustica.com.br/viewcontent.php?m=mainlist&cod=79>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

<sup>120</sup> Texto do Anteprojeto, redigido pela professora Ada Pellegrini Grinover após reuniões com o Ministério Público e Órgãos do Governo Federal. Disponível em: [http://www.pucsp.br/tutelacoletiva/download/cpbc\\_versao24\\_02\\_2006.pdf](http://www.pucsp.br/tutelacoletiva/download/cpbc_versao24_02_2006.pdf). Acesso em: 22 de agosto de 2017.



determinados apenas no momento da liquidação ou execução. A prioridade, todavia, é que a liquidação e a execução sejam coletivas, conforme artigo 33.

Desta maneira, percebe-se que por mais nobre que seja a intenção dos professores e colaboradores em busca da unificação de procedimentos, autonomia do processo coletivo, flexibilização das normas de forma a adequá-las às demandas coletivas, o fato é que para a execução coletiva não houve grandes avanços legislativos, mesmo que alguns dispositivos tenham sido aperfeiçoados desde o texto do Código-Modelo.

### 3.2.2 A necessidade de uma nova abordagem da destinação das condenações no âmbito das execuções coletiva.

Restou nítido que a maior parte das alterações e inovações legislativas, propostas de códigos e reformas não tiveram uma preocupação real com a problemática relativa às condenações e execução dessas na esfera coletiva, inexistindo, portanto, disciplina normativa própria e específica.

Primeiramente, entende-se que deixar ao “arbítrio” do CPC - conforme dispõe os artigos 19 da LACP, 90 do CDC, 41 do Código-Modelo e 51 do Anteprojeto - é falho, sendo necessária uma regulamentação própria no âmbito das execuções coletivas e o presente trabalho busca realizar esta abordagem, com ênfase na destinação dada às condenações que, na análise do exposto, é um dos principais problemas enfrentados por aqueles que buscam o judiciário sob o manto da tutela coletiva dos direitos.

Ademais é problemático assumir que se utilizará o CPC em um momento, voltando a utilizar a legislação coletiva em outro, depois retornando ao CPC para alguns acertos, fazendo com que, mais uma vez a efetividade da tutela jurisdicional coletiva se veja ameaçada e transformada em um misto de diplomas legais. Por outro lado o próprio CPC possui diversas problemáticas quanto ao assunto execução, que muitas vezes também deixa de corresponder ao que os litigantes buscam ao ingressar no judiciário.<sup>121</sup>

Desta forma, em sendo nítido que mesmo com as recentes tentativas de modernizar e ampliar a tutela nas demandas de interesses coletivos não se teve

---

<sup>121</sup> PASSOS, J.J. Calmon. **Crise do processo de execução**, in O processo de execução – estudos em homenagem ao Professor Alcides de Mendonça Lima, p. 185.

uma grande atenção à temática da execução coletiva e principalmente às condenações nas ações coletivas, o que afeta diretamente a efetividade da resposta judicial nessas demandas, busca-se com toda a cautela, a fim de se evitar que a pretensão seja entendida como uma crítica a tudo aquilo que já foi construído, apresentar possíveis saídas para a destinação do montante pecuniário relativo às condenações em sentenças coletivas, para se complementar, no que for – e se for – possível, todo o grande avanço intelectual realizado pelos nobres juristas mencionados e estudados.

As condenações no âmbito das ações coletivas variam, mas em sua maioria atingem valores muito altos. Sabe-se que o produto dessas condenações, como demonstrado, advém em grande medida das indenizações – diante da difícil realização das tutelas específicas, pela natureza dos bens jurídicos tutelados – e outra parte advém inclusive das multas diárias, impostas em busca do cumprimento ‘voluntário’ da obrigação pelo demandado.

Assim, visando uma alteração real na execução coletiva, entende-se necessária uma alteração na destinação das condenações existentes, pois direcioná-las para um fundo único além de não ser interessante, afeta, conseqüentemente, o andamento do judiciário que terá que lidar com inúmeras ações individuais.

Ainda que o Decreto que regulamenta o FDD preveja que o valor será revertido para o local do dano, sabe-se que essa é uma “realidade” pouco observada, mas entende-se também que tratar de ação coletiva é tratar de diversas situações com especificidades das mais diversas.

Demonstrou-se nos capítulos iniciais que a multa tem natureza coercitiva, não apresentando qualquer ideal indenizatório, ressarcitório ou compensatório.<sup>122</sup> Deste modo destinar os valores decorrentes de ambas as condenações para um mesmo local, no caso os Fundos, não aparenta ser a solução mais razoável para tornar atrativo demandar coletivamente no judiciário. Diante deste cenário, parte-se para uma análise otimista no que tange à regulamentação dos processos coletivos, inclusive com a apresentação de uma proposta que sintetiza a crítica apresentada durante a explanação do estudo.

---

<sup>122</sup> ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit., p. 37.

#### 4 O PROJETO DE LEI Nº 5.139 DE 2009

Nesta reta final, cabe uma abordagem mais detalhada do Projeto de Lei n.º 5.139/2009,<sup>123</sup> de grande valia para o presente estudo. O PL foi resultado de conclusões de juristas e operadores do Direito reunidos em Comissão Especial instituída pela Portaria n.º 2.481 de 9 de dezembro de 2008. As propostas apresentadas foram discutidas com a sociedade e sem dúvidas significam um passo importante em busca da efetividade da tutela coletiva.<sup>124</sup>

O PL 5139/09 tem a pretensão de disciplinar a ação civil pública e o objetivo de adequar a proteção dos direitos coletivos às transformações sociais, econômicas, políticas, culturais. Entre as novidades do PL está a menção expressa ao processo civil coletivo, incluindo seus princípios próprios (art. 3º), entre eles o da preferência da execução coletiva no inciso IX e a ampliação do rol daqueles que podem ingressar com uma ação civil pública, incluindo a OAB, os partidos políticos, os sindicatos e as entidades civis como legitimados ativos.

Entre as razões apresentadas em defesa do Projeto estão o fato de o CPC não mais responder à complexidade dos direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos, o afastamento da LACP e do CDC em relação às novas realidades enfrentadas e as dificuldades encontradas na tutela dos interesses coletivos, bem como a necessidade de aperfeiçoamento da tutela coletiva na legislação brasileira.

Com relação aos institutos analisados no presente trabalho, cabe menção a alguns dispositivos relevantes. O artigo 17, §3º afirma que tal dispositivo terá grande importância no ponto seguinte que apresenta uma proposta à destinação dos valores da multa.

Com relação aos dispositivos que interessam à execução coletiva o projeto prevê expressamente em seus artigos 24 a 27 que a conversão em perdas e danos é subsidiária e só é admissível se a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente for inviável, o que antes era apenas entendimento doutrinário,

---

<sup>123</sup> BRASIL, Projeto de Lei n.º 5.139 de 2009. **Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências**. Disponível em:

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=651669&filename=PL+5139/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=651669&filename=PL+5139/2009). Acesso em 20 de agosto de 2017.

<sup>124</sup> Situação atual do PL: aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) desde 12/05/2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=432485>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

ainda que majoritário. Em defesa de tal posicionamento, o PL contém diversas alternativas ao magistrado para que imponha a satisfação da prestação – inclusive independente de execução, conforme disciplina o artigo 23 “*Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ações e provimentos capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela*”.

A grande novidade do PL, entretanto, é a existência de um capítulo próprio para a *liquidação, execução e cumprimento de sentenças no processo coletivo* (Capítulo VII). O interessante do capítulo para o presente trabalho é que em seu artigo 46, o legislador prevê que eventual condenação em pecúnia será *depositada em juízo* e aplicada na *recuperação específica dos bens lesados ou em favor da comunidade afetada*. Ademais, os parágrafos do referido artigo disciplinam que na aplicação da verba, quando possível, utilizar-se-á de audiência pública com os membros da comunidade afetada. O que é um passo para tornar mais interessante demandar coletivamente.

Ainda, nota-se que não se faz mais menção à destinação do valor da condenação a um Fundo, além de existir uma destinação específica – recuperação específica dos bens ou em favor da comunidade afetada – e não genérica, como o Decreto que regulamenta o Fundo prevê. Entende-se que deste modo há solução de alguns problemas existentes atualmente, todavia ainda se manteve tanto a multa, como a indenização para o mesmo local (depósito judicial), o que permanece prejudicando a efetividade plena das ações coletivas, como se verá adiante com a proposta de destinação diversa.

Sem dúvidas que o Projeto de Lei 5.139/2009 promoveu verdadeira sistematização de regras esparsas que atualmente disciplinam as ações coletivas no Brasil, conseguindo consolidar em um único diploma as principais normas, sob a forma de um verdadeiro código de processos coletivos, assumindo o efeito de ampliar e facilitar o acesso à justiça no que tange aos interesses e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Cabe ressaltar, todavia, que muitos dispositivos foram alterados e acabaram por deturpar o espírito geral do anteprojeto enviado à Câmara, de acordo com a professora Ada Grinover<sup>125</sup>, cem emendas foram apresentadas pelos Deputados,

---

<sup>125</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. **Os Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common law**: uma análise de direito comparado. São Paulo: RT, 2011. p. 219.

ainda que criticadas pelos participantes da Audiência Pública realizada, que frisaram a necessidade de que o texto original fosse preservado.<sup>126</sup>

São muitos os dispositivos significativos e inovadores trazidos pelo PL, (criação de um Cadastro Nacional de Processos Coletivos, Programa Extrajudicial de Prevenção ou Reparação de Danos, etc.), todavia, os acima analisados são de principal interesse para o estudo ora pretendido, principalmente por, em tese, serem mais diretos com relação às modalidades de tutela eficazes ao processo coletivo, bem como com relação à destinação da condenação, ponto a ser desenvolvido a seguir.

Por todo o delineado, defende-se que seja retomada a discussão e votação do PL. nº 5.139, ora analisado, pois somente com uma legislação que discipline como um todo a ação civil pública para a tutela dos interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos será possível se pensar na possibilidade de uma legislação completa em matéria de tutela coletiva e, por que não, na própria autonomia do processo coletivo.

#### 4.1 UMA ANÁLISE QUANTO À DESTINAÇÃO DAS CONDENAÇÕES NO PL 5.139

Como mencionado no tópico anterior, o Projeto de Lei ora analisado menciona expressamente em seu artigo 46 para onde se destinará o montante das condenações:

Art. 46. Havendo condenação em pecúnia, inclusive decorrente de dano moral coletivo, originária de ação relacionada com interesses ou direitos difusos e coletivos, ***a quantia será depositada em juízo, devendo ser aplicada na recuperação específica dos bens lesados ou em favor da comunidade afetada.***

§ 1º O legitimado coletivo, com a fiscalização do Ministério Público, deverá adotar as providências para a utilização do valor depositado judicialmente, inclusive podendo postular a contratação de terceiros ou o auxílio do Poder Público do local onde ocorreu o dano.

§ 2º ***Na definição da aplicação da verba referida no caput, serão ouvidos em audiência pública, sempre que possível, os membros da comunidade afetada.*** (grifo nosso)

---

<sup>126</sup> KUSSABA, Jaqueline Yoko; BELLINETTI, Luiz Fernando. **Necessidade de sistematização do Processo Coletivo:** breve análise comparativa da legitimidade ativa nas ações coletivas nas propostas legislativas sobre o tema. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7c250678f61f4909>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

Deste modo, supre-se em parte a problemática existente em destinar os valores aos Fundos, que acabava por significar que, em que pese tenha havido a condenação do infrator, os principais afetados pelo ilícito ou pelo dano não seriam necessariamente beneficiados, já que além da clara inefetividade do Fundo como meio de reparar os danos, o seu decreto regulamentador apenas menciona que os valores serão revertidos para o local do dano, *sempre que tal fato for possível* (Decreto 1.306/94, art. 7º, Parágrafo único):

Art. 7º Os recursos arrecadados serão distribuídos para a efetivação das medidas dispostas no artigo anterior e suas aplicações deverão estar relacionadas com a natureza da infração ou de dano causado.  
Parágrafo único. Os recursos serão prioritariamente aplicados na reparação específica do dano causado, sempre que tal fato for possível.

No entanto, alguns questionamentos devem ser feitos diante de tal previsão:

1. Em não existindo de fato dano e ainda assim houver cominação da multa coercitiva, como e onde os recursos serão aplicados?
2. Em que contexto não é possível reparar eventual dano ou ilícito? E neste caso para que local os recursos serão direcionados?
3. Não cabe aos reais “donos dos recursos” decidir onde utilizar os valores, pelo menos aquele advindo de indenização por danos?

Primeiramente, cabe retomar novamente toda a distinção realizada entre os conceitos de multa coercitiva e indenização. Demonstrou-se que a multa coercitiva não depende da ocorrência do dano, como ocorre, de outro lado, com a indenização, todavia conforme tal previsão (art. 7º. Parágrafo único do Decreto 1.306/94), ambas as condenações vão para o mesmo Fundo e estes valores são utilizados para *reparação específica do dano causado*. Todavia, como será utilizado o valor da multa coercitiva se não houver dano? O valor será utilizado em outros locais? De que forma? Nota-se como surgem diversas dúvidas e “fios soltos” com a atual regulamentação da destinação das condenações.

Parte dos questionamentos é respondida com a proposta apresentada no Projeto de Lei, pois o artigo 46 do PL 5.139/09 menciona que os valores devem ser aplicados na recuperação dos bens lesados e já apresenta uma alternativa para o caso de não ser possível tal recuperação, situação em que o valor deve permanecer

sendo aplicado em favor da comunidade afetada. Deste modo, afasta-se uma destinação genérica, como existe na regulamentação do fundo, em caso de não ser possível a reparação específica.

Entretanto, ainda entende-se que em não sendo realizada a separação dos valores arrecadados em virtude da multa coercitiva e os valores referentes à indenização permanecem algumas problemáticas, por exemplo, a questão do valor a ser atribuído à multa diária a fim de preservar seus reais objetivos – entre eles, influenciar de fato a atuação do infrator.

Para tanto, faz-se necessária uma revisão do que as atuais legislações mencionam para que se apresente uma proposta que de fato seja útil e efetiva para os que demandam coletivamente.

#### 4.2 PROPOSTA DE DESTINAÇÕES DISTINTAS

O que se pretende adiante é demonstrar como uma nova orientação à destinação das condenações em ações coletivas advindas das indenizações e das multas separadamente pode ser vantajosa para as demandas coletivas e para a realidade da execução coletiva.

Sabe-se que diversos pontos merecem atenção para um melhor desenvolvimento da teoria e da prática no que tange à tutela coletiva, mas também se entende que o Projeto de Lei nº 5.139 ao lado da proposta a ser esboçada, podem ser de grande valia para que haja melhor visibilidade e efetividade às demandas coletivas.

Ressalta-se que não se pretende esgotar a discussão ou apresentar uma proposta fechada a eventuais sugestões, mas, pelo contrário, pretende-se iniciar uma discussão. Sem mais delongas passe-se à proposta de uma nova perspectiva a ser dada à destinação dos valores da multa – destinação a fundos específicos de maneira ampla – e da indenização – destinação específica ao local afetado – resultante das condenações nas ações coletivas.

#### 4.2.1 A multa diária: Destinação ampla.

A finalidade da multa é, de acordo com o professor Sérgio Cruz Arenhart, “dar força à ordem judicial, decorrendo diretamente da autoridade do Estado”<sup>127</sup>, não existindo deste modo uma vinculação da multa coercitiva com o direito material em disputa; retomado tal entendimento, passa-se a assinalar algumas peculiaridades da multa coercitiva nas demandas coletivas e realizar uma comparação pontual com o que ocorre nas demandas individuais:

- 1) O valor da multa não precisa ficar adstrito ao valor da causa ou a quaisquer outros critérios econômicos ligados ao objeto demandado, configurando liberdade do juiz fixar o valor suficiente a pressionar o ordenado a cumprir sua obrigação<sup>128</sup>, sendo que mais efetiva será tal medida se não precisar de fato ser aplicada. Do mesmo modo ocorre nas demandas individuais.
- 2) Com relação ao momento em que a multa pode ser exigida, de acordo com o artigo 12, §2º, da LACP, a multa só será exigível após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas devida desde o dia do descumprimento da obrigação a que ela se vinculava. Do mesmo modo é o entendimento para as demandas individuais. De outro modo, todavia, é o entendimento firmado no Projeto de Lei 5.139/09, o qual admite em seu artigo 17, §3º, que a multa aplicada em caráter liminar, será devida desde o descumprimento da ordem judicial e também pode ser exigida de forma imediata, neste caso em autos apartados por execução definitiva.
- 3) Com relação à destinação do produto da multa, há a principal diferença, pois nas demandas individuais a legislação brasileira é omissa e em observância ao artigo 4º da LINDB o magistrado pode-se valer da analogia. A partir desta, o posicionamento aplicado no direito brasileiro é que o produto da multa coercitiva deve ser revertido ao autor da ação<sup>129</sup>; Já nas demandas coletivas, tal lacuna foi expressamente suprida, destinando o produto da multa a um Fundo, de acordo com a legislação

---

<sup>127</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **A doutrina**. Op. cit., p. 2.

<sup>128</sup> ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit., p. 40.

<sup>129</sup> ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit., p. 81.



vigente. Todavia, conforme artigo 46 do Decreto 5.139, a proposta é de que o valor da multa – e das demais condenações em processos coletivos – seja direcionado a uma conta em juízo.

Após esse panorama dos principais pontos discutidos na abordagem da multa coercitiva, passa-se a defender o posicionamento que aqui será ilustrado, qual seja o de realizar uma destinação ampla aos valores produto da multa coercitiva – fundos específicos, programas específicos, tendo por base não as previsões existentes nas legislações mencionadas (art. 13, LACP; art. 100, parágrafo único, CDC), que acabam por estabelecer que a multa será destinada a um Fundo, de aplicação um tanto quanto genérica, como qualquer outro valor que o demandado venha a ser condenado, mas sim utilizando do posicionamento de alguns juristas que defenderam a destinação da multa coercitiva ao Estado<sup>130</sup> - para se justificar a não destinação aos autores da ação -, ao lado de decisões dos tribunais que direcionam os valores a fundos específicos. Optou-se por tal método com os devidos cuidados e algumas ressalvas que serão mencionadas adiante.

Insta registrar passagem do artigo publicado pelo professor Sérgio Cruz Arenhart, em que o autor menciona esta possível analogia ao defender a destinação da multa em ações individuais para o Estado:

A propósito, diante da ausência de regra expressa, a única analogia que seria possível para indicar o endereçamento da multa coercitiva seria com o regime da multa coercitiva aplicada em processos coletivos. Como se sabe, o produto dos meios coercitivos angariado em ações coletivas reverte em benefício do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (art. 13, da Lei n. 7.347/85 e art. 2, I, do Decreto n. 1.306/94). O fundo em questão é público, de modo que a analogia deveria implicar que também o produto da multa coercitiva imposta em ação individual devesse reverter para o patrimônio público e não para o particular do autor da demanda.<sup>131</sup>

Diante de tal passagem, nota-se que de fato não há como defender que o produto da multa coercitiva imposta em ações coletivas seja revertido aos autores da demanda, considerando, como esclarece o professor, que o produto desta é público, pois decorrente da desobediência a uma ordem judicial.

---

<sup>130</sup> ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit. e ARENHART, Sérgio Cruz. **A doutrina**. Op. cit.

<sup>131</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **A doutrina**. Op. cit., p. 13.

Tal problema parece sanado quando se observa a previsão legal de destinação dos valores das multas em condenações de demandas coletivas – reversão em benefício do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Todavia, entende-se que o problema principal apresentado no decorrer do trabalho persiste, qual seja, o da efetividade nas demandas coletivas, pois como demonstrado em momento anterior, o Fundo em questão apresenta diversas problemáticas (falta de clareza quanto à destinação dos recursos, inaplicabilidade dos valores nos locais afetados, etc).

De outro modo, apresentam-se alguns argumentos de defesa à destinação do valor da multa a fundos/programas públicos:

- A multa visa proteger a autoridade da decisão judicial e, conseqüentemente, o Estado e não se confunde com indenização ou ressarcimento aos autores da demanda.

Sob esta ótica, a manutenção da destinação do produto da multa a um fundo ou ainda destiná-lo a um programa específico no tocante às demandas coletivas justifica-se levando em conta os valores que envolvem tais demandas e a necessidade quase sempre existente do magistrado arbitrar altos valores para que as grandes empresas se sintam de fato influenciadas a realizar a obrigação exigida. Assim, destinar os valores a um programa que tenha ligação com a proteção do bem jurídico lesado, ainda que em caráter mais amplo (ex.: fundo estadual, quando o problema é local), não criaria um empecilho ao magistrado arbitrar altos valores, sob pena de se configurar enriquecimento ilícito dos autores em juízo. Ademais, a multa coercitiva possui natureza pública, exatamente por decorrer da autoridade da jurisdição estatal.<sup>132</sup>

Além disto, muitas vezes o prejuízo causado não tem fim pecuniário, não se busca dinheiro no judiciário, mas sim a solução de algum ilícito e atribuir ao autor da demanda valores, ainda que baixos, seria no mínimo incoerente. Por exemplo, uma associação que busque o fim das atividades poluidoras de determinada indústria da região. Tal associação não visa primordialmente receber um valor do Estado, mas

---

<sup>132</sup> SCHERAIBER, Ciro Expedito. **Destinação das astreintes nas decisões nos processos judiciais individuais**. In: Revista da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor. v 2, ano 2, 2016. p.1. Disponível em: [http://revistampcon.com.br/edicoes/02/anexos/2015-MPCON-CIRO\\_MULTA\\_DESTINACAO\\_PROC\\_INDIVIDUAL.pdf](http://revistampcon.com.br/edicoes/02/anexos/2015-MPCON-CIRO_MULTA_DESTINACAO_PROC_INDIVIDUAL.pdf). Acesso em: 29 de agosto de 2017.

sim que a atividade poluidora cesse. Assim, caso o magistrado precise impor medidas coercitivas não é a tal associação que os valores arrecadados devem ser atribuídos.

A título exemplificativo menciona-se passagem do artigo publicado pelo professor Sérgio Arenhart<sup>133</sup>:

Vê-se, portanto, que, embora indiretamente se preste a multa coercitiva à proteção dos direitos materiais (em geral), tem ela por finalidade específica a proteção da autoridade do Estado, evitando que alguém possa menosprezá-la ou desconsiderá-la (contempt of Court). De tudo aquilo que acima se expôs, resta claro que não há motivo para que se ofereça ao autor da demanda o produto da multa coercitiva. Aliás, além de não haver razão para tanto, há importante fundamento para não o fazer: o enriquecimento ilícito do autor. Com efeito, entregar ao autor esse dinheiro é aumentar seu patrimônio, sem qualquer motivo legítimo que o autorize a tanto. O autor ganha dinheiro porque o ordenado desobedeceu a uma ordem judicial!

De outro lado, destinar o valor da multa ao próprio Estado não parece ser a medida mais adequada no tocante às ações coletivas. Primeiro pelo fato de que as demandas na seara coletiva dizem respeito a fatos que afetam diversas pessoas, em diversos lugares e possuem mecanismos mais adequados que já trabalham com a reversão do valor para toda sociedade. Acredita-se que utilizar-se destes mecanismos (fundos e programas públicos) trará resultados mais práticos à sociedade do que atribuir ao Estado um valor que pode não ter a destinação adequada.

- Permite-se que se possa exigir a multa a partir do momento de sua incidência.

De fato, a eficácia da multa nas ações coletivas acaba ficando prejudicada com a impossibilidade de cobrança imediata, afetando, inclusive, a autoridade da decisão judicial. Tal problemática existe e justifica-se nas demandas individuais, devido ao atual regramento da multa coercitiva, isto é, sua destinação ao autor da demanda, conforme regime geral francês (Lei 91-650) no que tange à destinação do produto arrecadado com a *astreinte*.<sup>134</sup> Todavia, não há justificativa para tal entendimento nas demandas coletivas, já que o valor da multa, a princípio, se destina a um Fundo Público, seja Federal, seja Estadual.

<sup>133</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **A doutrina**. Op. cit., p. 15.

<sup>134</sup> ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit., p. 58/60.

Entender desta maneira, quando o produto da multa se destina ao autor que não tenha razão, é um ponto, todavia manter tal posicionamento quando se está falando de demandas coletivas e destinação do produto a um Fundo, ou como ora se pretende a Fundos ou Programas específicos, não se sustenta. Deste modo, entende-se que a incidência da multa deve coincidir com sua exigibilidade, ou seja, em sendo devida a multa está já pode ser exigida, a fim de resguardar a autoridade da ordem judicial,<sup>135</sup> ainda que proferida em primeiro grau e pendente de recurso. Caso contrário se estaria afirmando que as decisões de primeiro grau sempre são modificáveis e não têm eficácia plena alguma.

Tal posicionamento vem expresso no Projeto de Lei nº 5.139/09, quando em seu artigo 17, §3º prevê que a multa aplicada em caráter liminar, será devida desde o descumprimento da ordem judicial e também pode ser exigida de forma imediata, neste caso em autos apartados por execução definitiva.

Tal posicionamento justifica-se pelo fato de que a cobrança da multa tem por base a ordem válida do juiz e o seu descumprimento, ainda que posteriormente a decisão de mérito seja diversa. Entende-se que no momento em que a ordem inicial foi emitida havia validade nela e houve o descumprimento. A finalidade da multa é muito mais fortalecer a autoridade da decisão judicial, isto é, o juízo, do que proteger o direito buscado pelo autor da demanda. Isso porque a decisão está longe de ser mera declaração judicial, ela acaba por emitir uma ordem e é o descumprimento desta que acarreta a multa ou qualquer outra modalidade de medida coercitiva que torne efetiva a atuação do magistrado.<sup>136</sup>

- Impossibilitaria requerimentos individuais posteriores

Na LACP não há previsão do indivíduo ser autor da demanda, apenas instituições, de acordo com os incisos do art. 5º, o que colabora para a defesa da destinação. Em sendo a multa destinada a um fundo ou a um programa específico e após uma breve elucidação dos objetivos deste posicionamento tem-se que não é possível abrir possibilidade de que ações individuais requeiram posteriormente o valor da multa coercitiva.

---

<sup>135</sup> ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit., p. 54/55.

<sup>136</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **A doutrina**. Op. cit., p. 3.

Diante dos argumentos apontados, sabe-se que é necessário pensar como tornar mais eficientes os fundos já existentes, mas de outro lado, deve-se pensar como inserir, com suas devidas proporções, a possibilidade de reparação fluída, desenvolvida pelo direito norte-americano, no direito brasileiro. Assim, diante da atual previsão legal expressa nas legislações coletivas, é importante que não se afaste totalmente da ideia central – direcionar os valores a um fundo público – mas que seja possível trazer efetividade a tal destinação.

Um dos pontos positivos em se optar por direcionar o valor da multa a fundos específicos é se afastar da principal crítica feita ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), qual seja, a de que os valores são aplicados de forma desvirtuada, sem se levar em conta o local, o bem jurídico afetado ou a natureza do dano ou ainda, que tais valores são passíveis de desvios e ingerências em sua destinação.<sup>137</sup>

Fazer a alocação dos valores para fundos específicos significa destinar tais montantes às respectivas áreas temáticas, previamente determinadas.<sup>138</sup> Assim, de um lado se estaria diante de um rol mais abrangente de possibilidades dado ao Judiciário no que diz respeito à destinação do valor do produto das multas coercitivas, de outro se possibilitaria que o valor das multas não fique sem uma utilização concreta e eficaz.

Deste modo, entende-se que em se direcionando o valor da multa a um fundo ou a um programa específico, de destinação específica, pelo menos estaria sendo dado um passo na maneira de repensar a execução dos processos coletivos e sendo dada a devida importância aos instrumentos disponíveis, no caso a multa diária, para a tutela do direito material.

Para reforçar tal ideia, mencionam-se algumas decisões recentes prolatadas em ações civis públicas que destinam os valores a fundos específicos e que servem de parâmetro ao ora apresentado:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. LOTEAMENTO IRREGULAR. AGRAVO RETIDO. CONCLUSÃO DE OBRAS PÚBLICAS DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NA FORMA DO ART. 129, III DA CF E ART. 5º, INCISO I, DA LEI Nº 7.347/85. OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA NÃO EXECUTADAS PELO LOTEADOR. AFASTA-SE A TESE DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL SE A PRETENSÃO

<sup>137</sup> SCHMIDT, Albano Francisco. **Os primeiros**. Op. cit. p. 204.

<sup>138</sup> HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções**. Op. cit., p. 125.

DO MUNICÍPIO AUTOR NÃO É A DE REVER O CONTEÚDO DO ALVARÁ QUE EXPEDIU, MAS SIM DE EXIGIR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO.PRECEDENTES. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 130 DO CPC/73 (VIGENTE À ÉPOCA), ATUAL REDAÇÃO DO ARTIGO 370 DO CPC DE 2015.AGRAVO RETIDO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.APELAÇÃO 1 DO MUNICÍPIO DE SARANDI.ALEGAÇÃO DE IRRESPONSABILIDADE DO ENTE MUNICIPAL PARA FIGURAR NA DEMANDA.IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO SANEADORA IRRECORRIDA ANTERIOR PROFERIDA SOB A ÉGIDE DO CPC/73 EM SENTIDO CONTRÁRIO. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. ART. 471 DO CPC/73, ATUAL REDAÇÃO DO ART. 505 DO CPC/15.IMPOSSIBILIDADE DE REAPRECIAÇÃO DA MATÉRIA.PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.ALEGAÇÃO DE PRAZO EXÍGUO PARA CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. PEDIDO PREJUDICADO. PRAZO INDICADO COMO SUFICIENTE, JÁ SUPERADO À ÉPOCA DA PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO. AFASTAMENTO E/OU MINORAÇÃO DA MULTA ARBITRADA. EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL.CARÁTER COERCITIVO DA ASTREINTE ESTATUÍDA NO ART. 537, DO CPC/15. VALOR DA MULTA QUE DEVE SER MANTIDO EM RAZÃO DE SEU CARÁTER INIBITÓRIO. RECURSO DE APELAÇÃO 1 CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.APELAÇÃO 2 DE CONSTRUTORA VICKY LTDA.LOTEAMENTO IRREGULAR. OBRAS DE INFRAESTRUTURA NÃO REALIZADAS. EXPRESSA PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER.CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO E DO LOTEADOR. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO 2 CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO.SENTENÇA INALTERADA EM REEXAME NECESSÁRIO.

(...)

E) a cominação de multa diária cominatória a incidir sobre ambos os requeridos, de forma igualmente solidária, em montante mínimo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada dia de desatendimento da decisão judicial, com valor a reverter em prol do Fundo Estadual do Meio Ambiente, ou outro fundo público de finalidades equivalentes, do âmbito municipal ou estadual, a ser definido futuramente pelo Juízo (...).<sup>139</sup>

(...) impor aos municípios de Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu e Nova Esperança do Sudoeste, solidariamente, a obrigação de fazer consistente na mudança de local físico da entidade de acolhimento (Casa Lar), no prazo de 03 (três) meses, podendo se dar em imóvel alugado, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma do art. 537, caput, do Código de Processo Civil, que deverá reverter ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ex vi do disposto no art. 214, da Lei nº 8.069/90, bem como para impor aos municípios de Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu e Nova Esperança do Sudoeste, solidariamente, a obrigação de fazer consistente na construção e adequada implantação de entidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em sede própria destinada ao Consórcio Intermunicipal, no prazo de 1 (um) ano, adequando- a, no mesmo prazo, às normas legais e técnicas aplicáveis, ex vi do disposto nas Leis nºs 8.069/90 e 8.742/93, assim como na Resolução nº 1/2009 do CNAS/CONANDA (inclusive no que diz respeito à contratação de profissionais qualificados para prestar atendimento às crianças e adolescentes acolhidas), sob pena de multa diária em valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na forma do art. 537, caput, do Código de Processo Civil, que deverá reverter ao Fundo

<sup>139</sup> Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1633652-8, 4ª C. Cível TJPR, Relator Des. Hamilton Rafael Martins Schwartz, julgamento: 27/06/2017, Dje: 2066 11/07/2017.

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ex vi do disposto no art. 214, da Lei nº 8.069/90. (...).<sup>140</sup>

(...) Ante o exposto, centrada nos elementos mencionados e considerando o mais que dos autos consta, DEFIRO a antecipação da tutela para o fim de determinar que o Estado do Paraná forneça, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a JOSÉ DA CRUZ AFONSO, o medicamento RABIZUMAB, na quantidade e medidas necessárias para o seu tratamento, tal como prescrito pelo receituário médico constante dos autos, sob pena de incorrer em multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na forma do art. 11 da lei nº 7.347/85 e/ou art. 461 §4º do CPC, sem prejuízo de que, mantendo-se a omissão, responda a autoridade sanitária competente pelo crime de desobediência. Esclareço que eventual multa será destinada ao Fundo Especial do Ministério Público. (...).<sup>141</sup>

Frisa-se, entretanto, que a maior parte das decisões encontradas em demandas coletivas tão somente menciona a multa diária, mas não prevê expressamente seu direcionamento, o que acaba indicando, por força da lei, que a maior parte dos valores é dirigida ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS NA CIDADE DE CURITIBA. QUESTIONAMENTO ACERCA DA COMERCIALIZAÇÃO DE "PLANOS FUNERÁRIOS".EMPRESAS QUE PRATICAM ATIVIDADE COMERCIAL PRETENSAMENTE ILEGAL, QUE CONSISTE NA PRÉ- VENDA DE SERVIÇOS EXCLUSIVOS DE CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO, EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE. DECISÃO AGRAVADA QUE DEFERIU EM PARTE O PEDIDO ANTECIPATÓRIO.CONTRARRAZÕES DAS AGRAVADAS. (...) DEFERIMENTO PARCIAL DOS PEDIDOS APRESENTADOS, IMPONDO-SE: 1) A IMEDIATA CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS RÉIS; 2) A PROIBIÇÃO DE CELEBRAR NOVOS CONTRATOS; 3) A DIVULGAÇÃO, NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS E NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DAS EMPRESAS AGRAVADAS, DA DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R\$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), NA HIPÓTESE DE DESCUMPRIMENTO DE CADA UMA DAS OBRIGAÇÕES ELENCADAS.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.<sup>142</sup>

Por tal motivo, entende-se que do mesmo modo em que se deve permitir ao magistrado eleger o fundo ou programa específico ao qual o montante será destinado, deve-se, de outro lado, ressaltar a importância da motivação desta opção, para que seja observado o princípio da segurança jurídica, principalmente quando se

<sup>140</sup> Ação Civil Pública nº 0002175-28.2016.8.16.0149, Comarca de Salto do Lontra, Juíza de Direito Divangela Precoma Moreira Kuligowski, Julgamento: 15/09/2016.

<sup>141</sup> Ação Civil Pública 0002609-12.2015.8.16.0162, Vara da Fazenda Pública de Sertãoópolis, Juíza de Direito Karina de Azevedo Malaguido, Julgamento: 12/11/2015.

<sup>142</sup> Agravo de Instrumento nº 1316251-1, 4ª C.Cível TJPR, Rel.: Maria Aparecida Blanco de Lima, Julgamento 02.05.2017, Dje: 2028 16/05/2017.

trata de decisões exaradas em ações coletivas, as quais envolvem uma coletividade de pessoas atingidas.<sup>143</sup> Assim, faz-se necessário que se justifique ou explicita a razão e o motivo pelos quais os valores decorrentes da multa diária foram destinados para o fundo específico X ou Y para que não se permaneça na existente falta de previsão expressa de destinação dos valores.

Pelo exposto, entende-se que a melhor redação ao artigo que se referir ao direcionamento dos recursos da multa diária deve se preocupar em individualizar o instituto e possibilitar que o magistrado opte pelo fundo ou programa que melhor será atendido com o produto da condenação no caso concreto. Para isso, apresenta-se uma sugestão de inclusão no PL nº 5.139: *“Havendo fixação de multa diária, devidas no caso de descumprimento de ordem judicial, a quantia será direcionada a fundos específicos ou programas específicos, a critério do juízo e de forma motivada, para que haja alocação do montante na área temática determinada”*.

Deste modo, a destinação da multa ora apresentada se justifica por ser medida que se impõe a fim de que se possa ao mesmo tempo levar em conta a capacidade econômica do ordenado sem que se configure enriquecimento ilícito dos autores da demanda, além de evitar a problemática quando as ações forem contra a Fazenda Pública<sup>144</sup>. Assim, não se está enfraquecendo a eficiência do mecanismo coercitivo e não se está apoiando e/ou mantendo uma “indústria de astreinte”<sup>145</sup>, tal qual existe nas demandas individuais.

#### 4.2.2 Utilização dos recursos indenizatórios

De outra maneira, todavia, é o entendimento com relação aos valores decorrentes das indenizações. Considerando as peculiaridades da condenação indenizatória – necessidade de pedido, valor baseado na demanda – entende-se que sua destinação deva ser revertida em sua totalidade à recuperação dos bens

---

<sup>143</sup> TELES, Izabel Cristina de Almeida. Destinação dos recursos oriundos dos TACs e dos acordos e condenações judiciais. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 14, n. 44, p. 71-97, jan./jun. 2015. p. 87/88.

<sup>144</sup> O Professor Dr. Vicente aborda a temática em sua defesa de mestrado e aponta que destinar o valor da multa “a um fundo público, com funções diversificadas e independentes do próprio Estado enquanto pessoa jurídica de direito público, é solução mais racional.” Ainda que o professor aponte a falta de eficiência de tais fundos. ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa**. Op. cit., p. 104/107.

<sup>145</sup> AMARAL, Guilherme Rizzo. **As astreintes e o processo civil brasileiro**: multa do art. 461 do CPC e outras. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. p. 202.



em discussão e, portanto, não devem ser destinados a um fundo, que acabam por utilizar os recursos de forma mais genérica.

Ademais, todas as críticas apontadas aos fundos nos capítulos anteriores têm relação direta com a utilização dos valores das indenizações. Tais valores são devidos em virtude da ocorrência de um dano que, em sendo direcionados a um fundo de utilização nem sempre vinculada – como se observou, acabam não sendo utilizados para reparação do próprio dano objeto da demanda em que houve a condenação. O que sem dúvidas é uma falha existente no que tange à execução coletiva.

Diante das alterações e avanços sociais visíveis sabe-se que o paradigma ressarcitório se mostra incapaz de ser efetivo em relação a todas as condutas ilícitas e às novas atividades de riscos que causam prejuízos à sociedade em geral. Todavia, a problemática está no fato de que não houve um desenvolvimento paralelo entre a socialização dos riscos e a ampliação e aplicação imediata da indenização.<sup>146</sup>

Sabe-se, também, que uma das problemáticas dos fundos públicos destinados a custear a reconstrução dos patrimônios lesados é o fato de que acabam por possibilitar que os agentes causadores dos prejuízos transfiram os riscos de suas atividades às seguradoras ou a esses fundos, o que dispensa em um primeiro momento que os causadores dos danos suportem os custos do processo judicial.<sup>147</sup>

Um contrato de seguro que tenha por objetivo transferir o risco do segurado ao pagamento de indenização punitiva é nulo, pois é vedada a transferência do risco de cometimento de atos dolosos e acabaria por esvaziar o propósito principal da punição e prevenção que a indenização punitiva possui.<sup>148</sup>

Com a socialização dos riscos o instituto da responsabilidade civil acabou perdendo espaço no âmbito da prevenção de condutas e, por tal motivo, sua função preventiva e dissuasória deixou de ser eficientemente exercida.<sup>149</sup> A destinação do quantum indenizatório à vítima, mais especificamente à recuperação dos bens lesados, pode ser um incentivo para que os julgadores quantifiquem a sanção

---

<sup>146</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**, ob. cit., p. 153/154.

<sup>147</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**, ob. cit., p. 154.

<sup>148</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**, ob. cit., p. 266.

<sup>149</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**, ob. cit., p. 157.

punitiva, direcionando a eficiência da medida na persecução de suas finalidades punitiva e preventiva.<sup>150</sup>

Defende-se que dos pontos positivos em destinar a indenização punitiva aos fundos é a eliminação da discussão a respeito do incentivo à litigância frívola e o desestímulo ao ajuizamento de pretensões indenizatórias ilegítimas.<sup>151</sup> Todavia, a possibilidade de se transferir os valores a uma conta em juízo, também encerraria este debate, além de possibilitar seu uso direto no local atingido.

O art. 46 do Projeto de Lei 5.139 resolve em parte a problemática – pois mantém a ideia de condenação em pecúnia, o que possibilitaria incluir a multa coercitiva. Deste modo, entende-se que esta redação seria perfeitamente cabível para as hipóteses de ser o demandado condenado a *indenizar* os autores em pecúnia. Assim, a melhor destinação aos valores decorrentes da indenização aos danos causados é seu depósito em juízo para aplicação específica:

Art. 46. Havendo condenação em pecúnia, inclusive decorrente de dano moral coletivo, originária de ação relacionada com interesses ou direitos difusos e coletivos, a quantia será depositada em juízo, devendo ser aplicada na recuperação específica dos bens lesados ou em favor da comunidade afetada.

Deve-se ter em mente que a ideia dos litígios coletivos por si só, em grande maioria, diz respeito a fatos em que o objeto é por natureza indivisível, casos esses que, em que pese não seja possível tutelar cada um dos afetados, também não é crível que se deixe sem uma tutela real e efetiva, o direcionamento da indenização a um fundo acaba tendo por consequência tal realidade. Isso porque não se pode defender que a solução seja benéfica para alguns – a depender da destinação do fundo – e não aos demais membros da coletividade atingida.<sup>152</sup>

De forma diferente ocorre com os interesses individuais homogêneos, os quais têm por característica a divisibilidade, e sua entrada no rol das ações coletivas tem por intuito “desafogar o Poder Judiciário” e ampliar o acesso à justiça e o princípio da igualdade.<sup>153</sup> Assim, para que não haja prejuízo aos direitos individuais, ainda que demandados coletivamente, o entendimento é de que cabe ao próprio juiz fixar na sentença condenatória o valor da indenização individual devido a cada

<sup>150</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**, ob. cit., p. 291.

<sup>151</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**, ob. cit., p. 293/294.

<sup>152</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **O Código**. Op. cit., p. 65.

<sup>153</sup> MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **O Código**. Op. cit., p. 66.

membro do grupo e o pagamento desses valores deverá ser feito diretamente pelo réu a cada membro do grupo em conta individualizada aberta em instituição bancária oficial, tal previsão já se fazia presente no Anteprojeto (art. 32, §3º) e no PL 5.139/09 (art. 44). Assim, mantendo os valores das indenizações desvinculados dos fundos, não se tem a problemática criada pelo parágrafo único do art. 100 do CDC, na qual o produto da indenização, ainda que decorrente de prejuízos individuais, é revertido ao fundo, prejudicando interesses particulares.

Considerando que a condenação indenizatória leva em conta 1) a impossibilidade de se realizar a tutela específica (preferência); 2) o dano ocorrido; 3) a(s) vítima(s); Considerando, ainda, que a indenização tem por principal função ressarcir à vítima do dano uma quantia que sirva como compensação dos prejuízos, podendo englobar o valor do bem lesado (dano emergente), bem como outros prejuízos materiais e extrapatrimoniais.<sup>154</sup> Considerando, por fim, a necessidade de se incentivar a busca pelo judiciário por intermédio de ações coletivas, entende-se como principal e necessário alterar a destinação das indenizações para que a execução coletiva se torne mais efetiva a partir de um retorno direto do produto arrecadado seja ao bem lesado, seja aos indivíduos lesados.

---

<sup>154</sup> SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização**. Op. cit., p. 190.

## 5 CONCLUSÃO

A crise existente no âmbito das tutelas jurisdicionais coletivas decorre em maior grau da carência de regulamentação normativa própria, principalmente no que diz respeito à execução coletiva e à destinação dos valores das condenações, bem como da sua dependência estrutural e procedimental do Código de Processo Civil, aspectos que sem dúvidas dificultam em grande medida a sua efetividade.<sup>155</sup>

Em parte, é possível justificar tal problemática a partir da existente confusão conceitual e teórica relativa à multa coercitiva e à indenização. Assunto esse que, embora não seja objeto de muita atenção por parte da doutrina e da jurisprudência, acaba sendo responsável por tornar menos satisfatória a resposta jurisdicional e, conseqüentemente, por deixar insatisfeitos os demandantes.

Entende-se que a execução coletiva não deve se limitar à satisfação econômica, sendo as prestações específicas (com preferência às preventivas) e as ressarcitória em forma específica fundamentais para que a tutela dos direitos seja adequada.

Deste modo, converter as obrigações em genéricas e, portanto, transformá-las em indenização só é aceitável quando a sua realização específica for impossível, pois em sendo possível, o judiciário pode se valer de instrumentos para influir na vontade do demandado, como por exemplo, a multa coercitiva estudada. Depreende-se assim a grande diferença entre os dois institutos processuais, tanto conceitualmente, como no que diz respeito aos objetivos e finalidades de cada um.

Neste cenário, observa-se que as legislações atuais que tratam da matéria coletiva no Brasil ao tratarem da condenação, acabam por confundir a multa coercitiva e a indenização, pois direcionam seus produtos para um mesmo local (FDD), não se atentando para os diferentes objetivos e finalidades dos institutos e, conseqüentemente, deixando de responder aos anseios daqueles que visam obter uma resposta efetiva do judiciário.

A falta de normatização correta desses institutos permanece existente nos dispositivos das propostas de alterações legislativas no âmbito das ações coletivas. Embora o esforço seja considerável, o Projeto de Código Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos

---

<sup>155</sup> ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Execução**. Op. cit. p. 9.

Coletivos acabaram se inspirando no que já está consagrado pela legislação brasileira, não avançando no que diz respeito à execução e destinação das condenações ora analisadas.

Por outro lado, o Projeto de Lei 5.139/09 mostra-se mais próspero na matéria, inclusive propondo uma destinação diferente para os valores das condenações: depósito judicial. Entretanto, ainda não distingue a destinação da condenação considerando a origem do produto dela, isto é, não separa os valores advindos de imposição de multa coercitiva dos valores da indenização.

Assim, entende-se ser necessária a apresentação de uma alternativa que apresente destinos diferentes a valores que tenham origens diferentes, em que pese tratados como “condenações” em sentido amplo. Desta maneira, apresenta-se como proposta destinar os valores da multa coercitiva de modo amplo a fundos e programas específicos e os valores da indenização de modo específico aos que tiveram seus bens jurídicos afetados.

Entende-se, por fim, que um dos objetivos gerais do processo é garantir uma resposta concreta à uma tutela jurisdicional, portanto, não se deve buscar tão somente o direito a uma sentença de mérito, mas principalmente o direito à utilização de meios executivos que possibilitem tornar o direito substancial efetivo<sup>156</sup> e, uma destinação justa e correta dos valores obtidos por intermédio desses instrumentos, sob pena de se obter uma sentença de mérito, uma condenação, uma execução e ainda assim uma insatisfação daqueles que pleiteiam em juízo.

Pôde-se inferir deste modo, a partir das análises realizadas, que o direito processual coletivo já é um novo ramo do direito processual e o que lhe falta é amparo e abertura legal para se tornar uma disciplina processual autônoma do direito processual individual, mas também restou demonstrado que ainda são precisos ajustes – principalmente na temática abordada pelo trabalho – frente à fundamental importância dos direitos transindividuais e para que exista de fato uma Teoria Geral dos Processos Coletivos, concreta e uniforme no direito brasileiro.

---

<sup>156</sup> SERGIO, Vitor Hugo Zimmer. **A multa coercitiva no processo civil brasileiro**: a antinomia entre os princípios da efetividade dos provimentos judiciais e o da vedação ao enriquecimento sem causa. 2007. 93 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica do Salvador, Faculdade de Direito. p. 34.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Execução coletiva em relação aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos**. Algumas considerações reflexivas. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/10177-10176-1-PB.pdf>. Acesso em 15 de set. de 2016

AMARAL, Guilherme Rizzo. **As astreintes e o processo civil brasileiro**: multa do art. 461 do CPC e outras. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ARENHART, Sérgio Cruz. A doutrina brasileira da multa coercitiva: três questões ainda polêmicas. **Revista Forense**, São Paulo, v. 104, n. 396, p. 233-255, mar./abr. 2008.

ARENHART, Sérgio Cruz. **A tutela coletiva de interesses individuais**: Para além da proteção dos interesses individuais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ARENHART, Sérgio Cruz. **Perfis da tutela inibitória coletiva**. São Paulo: RT, 2003.

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **A multa coercitiva como crédito do Estado**. 2008. 126f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2009.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O direito como sistema complexo e de segunda ordem; sua autonomia. Ato nulo e ato ilícito. Diferença de espírito entre responsabilidade civil e penal. Necessidade de prejuízo para haver direito de indenização na responsabilidade civil. Civilistica.com – **Revista Eletrônica de Direito Civil**. Rio de Janeiro, a. 2 n. 3, jul.-set./2013. Disponível em: <http://civilistica.com/o-direito-como-sistema-complexo-e-de-segunda-ordem/>. Acesso em 05 de outubro de 2016.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. **Por uma nova categoria de dano na responsabilidade civil**: o dano social. In: Filomeno, José Geraldo Brito; Wagner Júnior, Luiz Guilherme da Costa; Gonçalves, Renato Afonso (Coord.). O Código Civil e sua interdisciplinaridade. Belo Horizonte: Del Rey, 2004

BASSAN, Marcela Alcazas. **As funções da indenização por danos morais e a prevenção de danos futuros**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2009.

BOM, Patrícia Oliveira. **Aplicação e exigibilidade da multa coercitiva no novo código de processo civil**. 2016. 97 p. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito.

BRASIL, Lei n.º 4.717 de 1965. **Regula a ação popular**. *Diário Oficial da União*. Brasília. 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4717.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4717.htm). Acessado em 19 de julho de 2017.

BRASIL, Lei n.º 7.347 de 1985. **Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*. Brasília. 1986. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm). Acessado em 19 de julho de 2017.

BRASIL, Lei n.º 8.078 de 1990. **Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências**. *Diário Oficial da União*. Brasília. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm).

BRASIL, Projeto de Lei n.º 5.139 de 2009. **Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=651669&filename=PL+5139/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=651669&filename=PL+5139/2009). Acesso em 20 de agosto de 2017.

CUNHA, Alcidez A. Munhoz. Evolução das ações coletivas no Brasil. In: **Revista de Processo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 20, n. 77, jan./mar. 1995

GRINOVER, Ada Pellegrini. WATANABE, Kazuo; MULLENIX, Linda. **Os Processos Coletivos nos Países de Civil Law e Common law**: uma análise de direito comparado. São Paulo: RT, 2011. p. 219.

HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. **Execuções Judiciais Pecuniárias de Processos Coletivos no Brasil**: entre a fluid recovery, a cy pres e os fundos. 177f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2017.

KUSSABA, Jaqueline Yoko; BELLINETTI, Luiz Fernando. **Necessidade de sistematização do Processo Coletivo**: breve análise comparativa da legitimidade ativa nas ações coletivas nas propostas legislativas sobre o tema. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=7c250678f61f4909>. Acesso em 26 de setembro de 2017.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Processo de execução**. São Paulo: Saraiva, 1963.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Da ação abstrata e uniforme à ação adequada à tutela dos direitos**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Específica**: art. 461, CPC e 84, CDC. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela Inibitória**: individual e coletiva.. 4ª ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Ações Inibitória e de Ressarcimento na forma específica no “Anteproyecto de Código Modelo de Processos Coletivos para Iberoamérica”** (art. 7º). Disponível em: [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Luiz%20G.%20Marinoni\(5\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Luiz%20G.%20Marinoni(5)%20-%20formatado.pdf). Acesso em 24 de set. de 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança, Ação Popular, Ação Civil Pública, Mandado de Injunção, “Habeas Data”**. 20. ed.. São Paulo: Malheiros, 1998.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. O Código Modelo de Processos Coletivos para os países ibero-americanos. **Revista de Direito da Defensoria Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 59-86, 2006.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. 4. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. 754 p.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**: fundamentos do direito das obrigações: introdução à responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2003. v.1. 698 p.



OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **O Problema da Eficácia da Sentença**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). **Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006

PASSOS, J.J. Calmon. Crise do processo de execução, in **O processo de execução – estudos em homenagem ao Professor Alcides de Mendonça Lima**

REDONDO, Bruno Garcia. **Astreintes: Aspectos Polêmicos**. Revista de Processo, nº 222, p. 65-89, 2013.

SCHERAIBER, Ciro Expedito. Destinação das astreintes nas decisões nos processos judiciais individuais. In: **Revista da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor**. v 2, ano 2, 2016. p.1. Disponível em: [http://revistampcon.com.br/edicoes/02/anexos/2015-MPCON-CIRO\\_MULTA\\_DESTINACAO\\_PROC\\_INDIVIDUAL.pdf](http://revistampcon.com.br/edicoes/02/anexos/2015-MPCON-CIRO_MULTA_DESTINACAO_PROC_INDIVIDUAL.pdf). Acesso em: 29 de agosto de 2017.

SCHMIDT, Albano Francisco. **Os primeiros 30 anos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos sob a luz da análise econômica do direito: “contribuintes”, projetos apoiados e novas perspectivas sociais**. ARGUMENTUM – Revista de Direito, UNIMAR, n.º 15, p. 201-226, 2014.

SERGIO, Vitor Hugo Zimmer. **A multa coercitiva no processo civil brasileiro: a antinomia entre os princípios da efetividade dos provimentos judiciais e o da vedação ao enriquecimento sem causa**. 2007. 93 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica do Salvador, Faculdade de Direito.

SERPA, Pedro Ricardo. **Indenização punitiva**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, São Paulo, 2011. p. 189.

SILVA, Ovídio A. Baptista. **Direito Material e Processo**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). **Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SILVA, Ovídio A. Baptista. **Direito Subjetivo, Pretensão de Direito Material e Ação**. In: MACHADO, Fábio Cardoso; AMARAL, Guilherme Rizzo (Coord.). **Polêmica sobre a ação: a tutela jurisdicional na perspectiva das relações entre direito e processo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. p. 27.

SIQUEIRA JUNIOR, Orival Correa de. **As principais controvérsias da multa coercitiva do Artigo 461 do CPC, e as soluções apontadas pelo Projeto do Novo Código Civil Brasileiro**. 2011. 82 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2011.

SOUZA, Thiago Salles de. **A efetividade da multa coercitiva, como meio de indução, na tutela de direitos individuais**. 2007. 84 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Graduação em Direito, Curitiba.

TALAMINI, Eduardo. **Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer: e sua extensão aos deveres de entrega de coisa (CPC, arts. 461 e 461-A; CDC, art. 84)**. 2 ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

TELES, Izabel Cristina de Almeida. Destinação dos recursos oriundos dos TACs e dos acordos e condenações judiciais. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 14, n. 44, p. 71-97, jan./jun. 2015.

VENTURI, Elton. **Execução da tutela coletiva**. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

VENTURI, Elton. O problema na representação processual das associações civis na tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos segundo a doutrina de Alcides Alberto Munhoz da Cunha e a atual orientação do STF. **Revista de Processo**, v. 255, 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso de processo civil: execução**, vol. 2. 15 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

ZARONI, Bruno Marzullo. **Apontamentos sobre a multa coercitiva do art. 461, CPC: necessidade de coerção dos dirigentes da pessoa jurídica**. 2003. 108 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curso de Direito, Curitiba

ZARONI, Bruno Marzullo. **Efetividade da execução por meio de multa: a problemática em relação a pessoa jurídica**. 2007. 347f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 2007.